

The background of the cover is a photograph of a rural landscape. In the foreground, there is a field of tall green grass with some white wildflowers. In the middle ground, there is a dense forest of green trees. In the background, there are rolling hills under a cloudy sky.

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

CADERNO II
PLANO DE AÇÃO

2014 – 2018

abranes
www.cm-abranes.pt



(Esta página foi deliberadamente deixada em branco)

Índice

CADERNO II – PLANO DE AÇÃO

INTRODUÇÃO

1. ENQUADRAMENTO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO PLANO NACIONAL DE PREVENÇÃO E PROTEÇÃO DA FLORESTA CONTRA OS INCÊNDIOS FLORESTAIS

1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL

1.2. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

1.2.1. ÂMBITO NACIONAL

1.2.2. ÂMBITO REGIONAL

1.2.3. ÂMBITO MUNICIPAL

2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

2.1. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS

2.2. CARTOGRAFIA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

2.2.1. PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL

2.2.2. RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

2.3. PRIORIDADES DE DEFESA

3. OBJETIVOS E METAS MUNICIPAIS DA DFCI

3.1. IDENTIFICAÇÃO DA TIPOLOGIA DO CONCELHO

3.2. OBJECTIVOS E METAS MUNICIPAIS DE DFCI

4. EIXOS ESTRATÉGICOS

4.1. - 1º EIXO ESTRATÉGICO - AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

4.1.1. LEVANTAMENTO DA REDE DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

4.1.1.1. REDE DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL E MOSAICO DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

4.1.1.2. REDE VIÁRIA FLORESTAL

4.1.1.3. REDE DE PONTOS DE ÁGUA

4.1.1.4. SILVICULTURA NO ÂMBITO DA DFCI

4.1.2. PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 1º EIXO

4.1.2.1. REDE DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL E MOSAICO DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL, REDE VIÁRIA FLORESTAL E REDE DE PONTOS DE ÁGUA

4.1.2.2. REDE DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL E MOSAICO DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

4.1.2.3. REDE VIÁRIA FLORESTAL

4.1.2.4. REDE DE PONTOS DE ÁGUA

4.1.2.5. METAS E INDICADORES

4.1.2.6. ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS

4.2. - 2º EIXO ESTRATÉGICO – REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS

4.2.1. AVALIAÇÃO

4.2.1.1. IDENTIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTOS DE RISCO ASSOCIADOS AOS PONTOS DE INÍCIO E DOS GRUPOS QUE LHE ESTÃO NA ORIGEM

4.2.1.2. IDENTIFICAÇÃO DAS SITUAÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO PASSÍVEIS DE FISCALIZAÇÃO NA ÁREA DA DFCI

4.2.2. PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 2º EIXO

4.2.2.1. SENSIBILIZAÇÃO

4.2.2.2. FISCALIZAÇÃO

4.2.2.3. METAS E INDICADORES

4.2.2.4. ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS

4.3. - 3º EIXO ESTRATÉGICO - MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DE INCÊNDIOS

4.3.1. AVALIAÇÃO

4.3.1.1. VIGILÂNCIA E DETEÇÃO

4.3.1.2. 1ª INTERVENÇÃO

4.3.1.3. RESCALDO E VIGILÂNCIA PÓS INCÊNDIO

4.3.2. PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 3º EIXO

4.3.2.1. METAS E INDICADORES

4.3.2.2. ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS

4.4. - 4º EIXO ESTRATÉGICO - RECUPERAR E REABILITAR OS ECOSISTEMAS

4.4.1. AVALIAÇÃO

4.4.1.1. ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

4.4.1.2 REABILITAÇÃO DE POVOAMENTOS E HABITATS FLORESTAIS.

4.4.2. PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 4º EIXO

4.4.2.1. ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

4.4.2.2. REABILITAÇÃO DE POVOAMENTOS E HABITATS FLORESTAIS

4.5. - 5º EIXO ESTRATÉGICO - ADOÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ

4.5.1. AVALIAÇÃO

4.5.1.1. FORMAÇÃO

4.5.2. PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 5º EIXO

4.5.2.1. ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

4.5.2.2. FORMAÇÃO

4.5.2.3. ATIVIDADE DA CMDF

4.5.2.4. APROVAÇÃO DO POM

5. ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI

6. LEGISLAÇÃO

7. BIBLIOGRAFIA

8. LISTA DE DISTRIBUIÇÃO

INTRODUÇÃO

A floresta representa 38% da área do território nacional. No concelho de Abrantes 69% do território é ocupado por área florestal o que torna este património de elevado valor económico, social e ambiental.

Na sua maioria a área florestal descrita no concelho pertence a proprietários privados ou a grandes empresas florestais, no seu total a floresta contribui com cerca de 3,2% para o PIB. Ao contrário de outros países europeus e mediterrânicos a área média ardida em Portugal tem vindo a aumentar, principalmente durante os últimos anos, onde 2003 e 2005 se destacaram pelo seu elevado potencial destrutivo.

O concelho de Abrantes apresenta uma elevada taxa de arborização, existem locais de elevada importância na salvaguarda de habitats e na conservação da fauna e flora assim como zonas de elevado risco de incêndio que requerem uma gestão eficaz e planeamento de medidas que valorizem o património florestal do concelho e os seus recursos.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Abrantes, com uma vigência de 5 anos, resulta do trabalho desenvolvido pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Abrantes, tem como principal objetivo articular todos os meios e organismos com responsabilidades na Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) e propor ações que permitam garantir a segurança das pessoas e bens, proteger e conservar os espaços florestais e minimizar a incidência dos incêndios no concelho e nos concelhos vizinhos.

Com a realização do Plano Operacional Municipal (POM) que complementa este documento a autarquia pretende contribuir para que o combate a este flagelo seja mais eficaz, mais organizado, e que todos os intervenientes tenham um documento operacional com informação atualizada com o objetivo de facilitar as resoluções que devem ser tomadas no decurso da ocorrência.

1. ENQUADRAMENTO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO PLANO NACIONAL DE PREVENÇÃO E PROTECÇÃO DA FLORESTA CONTRA OS INCÊNDIOS FLORESTAIS

1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL

O PMDFCI é definido pelo Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, na atual redação, onde se preconiza a criação do sistema nacional de proteção e prevenção da floresta contra incêndios.

De acordo com o artigo 10º do referido decreto-lei:

1 — Os planos municipais de defesa da floresta contra incêndios (PMDFCI), de âmbito municipal ou intermunicipal, contêm as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das ações de prevenção, incluem a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

2 — Os PMDFCI são elaborados pelas comissões municipais de defesa da floresta em consonância com o PNDFCI e com o respetivo planeamento distrital de defesa da floresta contra incêndios, sendo as regras de elaboração e aprovação e a sua estrutura tipo estabelecidas por regulamento da Autoridade Florestal Nacional homologado pelo membro do Governo responsável pela área das florestas.

3 — A coordenação e a gestão dos PMDFCI compete ao presidente de câmara municipal.

4 — A elaboração, execução e atualização dos PMDFCI tem carácter obrigatório, devendo a câmara municipal consagrar a sua execução no âmbito do relatório anual de atividades.

O PMDFCI, elaborado pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Abrantes, tem um prazo de vigência de 5 anos (2014-2018)

A coordenação e gestão do referido plano é da responsabilidade da Presidente da Câmara Municipal.

O PMDFCI obedece à seguinte estrutura:

CADERNO I – Diagnóstico - Informação Base:

1. Caracterização Física
2. Caracterização Climática
3. Caracterização da População
4. Caracterização da Ocupação do Solo, Rede Fundamental de Conservação da Natureza e Gestão Florestal

5. Análise do Histórico e Casualidade dos Incêndios Florestais

CADERNO II – PLANO DE AÇÃO:

1. Enquadramento no Âmbito do Sistema de Gestão Territorial e no Plano Nacional de Prevenção e Proteção da Floresta contra os Incêndios Florestais
2. Análise do Risco e da Vulnerabilidade aos Incêndios
3. Objectivos e Metas Municipais da DFCI
4. Eixos Estratégicos
 - 4.1. 1º Eixo Estratégico - Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais
 - 4.2. 2º Eixo Estratégico - Redução da Incidência dos Incêndios
 - 4.3. 3º Eixo Estratégico - Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão de Incêndios
 - 4.4. 4º Eixo Estratégico - Recuperar e Reabilitar os Ecossistemas
 - 4.5. 5º Eixo Estratégico - Adoção de uma Estrutura Orgânica Funcional e Eficaz
5. Estimativa de Orçamento para Implementação do PMDFCI

CADERNO III – PLANO OPERACIONAL MUNICIPAL (POM):

1. Meios e recursos
2. Dispositivo Operacional e DFCI
3. Setores Territoriais e Locais Estratégicos de Estacionamento
 - 3.1. Vigilância e Detecção
 - 3.2. Primeira Intervenção
 - 3.3. Combate
 - 3.4. Rescaldo
 - 3.5. Vigilância Pós Rescaldo
4. Cartografia de apoio à decisão.

1.2. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

As linhas de atuação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios devem estar de acordo com as características próprias do território, nomeadamente as de natureza urbana ou rural e das funções dominantes desempenhadas nos espaços florestais, e estar enquadradas nos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, regional e municipal existentes. Os instrumentos que estiveram na base da elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Abrantes estão descritos de seguida.

1.2.1. ÂMBITO NACIONAL

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

As opções estratégicas de ordenamento e desenvolvimento do território nacional assentam sobre três figuras centrais: o sistema de prevenção e gestão de riscos; os sistemas de conservação e gestão sustentável dos recursos naturais e dos espaços agroflorestais; o sistema urbano e de acessibilidades.

No âmbito deste programa, os objetivos estratégicos e específicos que se enquadram no âmbito do PMDFCI são os seguintes:

Objetivo Estratégico

- Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos

Objetivo Específico

- Promover o ordenamento e a gestão sustentável da silvicultura e dos espaços florestais

Medidas Prioritárias

- Implementar o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, bem como os Planos Regionais e Municipais de Defesa da Floresta, reforçando as ações preventivas, em particular através do Programa de Sapadores Florestais
- Integrar os espaços florestais em Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) prioritariamente nas áreas de minifúndio ou a recuperar após incêndio, para garantir a escala e as condições necessárias a uma gestão profissional, responsável e economicamente viável
- Articular a política de ordenamento e gestão sustentável da floresta com a política energética, aproveitando e organizando a recolha e o transporte dos resíduos florestais (biomassa) como fonte renovável de energia, designadamente para produção de eletricidade

Objetivo Específico

- Avaliar e prevenir os fatores e as situações de risco, e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos

Medidas Prioritárias

- Definição dos Planos Regionais de Ordenamento do Território, de Planos Municipais de Ordenamento do Território e de Planos Especiais de Ordenamento do Território e consoante os objetivos e critérios de cada tipo de plano, as áreas de

perigosidade, os usos compatíveis nessas áreas, e as medidas de prevenção e mitigação dos riscos identificados

- Reforçar a capacidade de fiscalização e de investigação dos Órgãos de Polícia e o acompanhamento sistemático, através do SEPNA/GNR, das ações de prevenção, proteção e socorro, e garantir a unidade de planeamento e de comando destas operações através da institucionalização do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), da autonomização dos Centros de Operação e Socorro e da definição do sistema de comando operacional
- Reforçar a capacidade de intervenção de proteção e socorro perante situações de emergência, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas e de catástrofes e acidentes graves, através da criação do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS/GNR)
- Desenvolver e aperfeiçoar os Planos de Emergência de base territorial, em articulação com os instrumentos de planeamento municipal, nomeadamente os de apoio à gestão urbanística, garantindo a preservação de acessibilidades quer para acesso dos meios de socorro quer para evacuação das populações
- Atualizar e operacionalizar o Plano da Rede Nacional de Aeródromos Secundários e Heliportos enquanto elemento fundamental de apoio à segurança civil, em geral, e ao combate aos fogos florestais, em particular

Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)

A matriz estruturante da ENF resulta na definição de seis linhas de ação prioritárias:

- Minimização dos Riscos de Incêndios e Agentes Bióticos (onde se inclui a Defesa da Floresta Contra Incêndios, a proteção contra agentes bióticos nocivos e a recuperação e reabilitação de ecossistemas florestais afetados)
- Especialização do território
- Melhoria geral da eficiência e competitividade do sector
- Racionalização e simplificação dos instrumentos de política

Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI)

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 65/2006 como parte integrante do Sistema Nacional de Prevenção e Proteção da Floresta Contra Incêndios Florestais determina que os PMDFCI devem considerar não

apenas as medidas de prevenção mas também a previsão e o planeamento das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a ocorrência de incêndios. É por isso importante proceder a uma avaliação da situação existente no concelho, de modo a compreender quais são as principais deficiências, para em seguida delinear e executar as intervenções que, a curto, médio e a longo prazo, são mais importantes.

Para isso, é necessária a análise de uma série de parâmetros, que vão desde a avaliação da perigosidade e risco de incêndio, o levantamento da rede de faixas e mosaicos de gestão de combustíveis e a definição das intervenções a adotar na mesma, o desenvolvimento de campanhas de prevenção e sensibilização, a descrição dos meios de prevenção, deteção, primeira intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós rescaldo existentes, a definição dos procedimentos a adotar por cada entidade, e ainda uma caracterização geral do concelho ao nível físico, climático, demográfico, socioeconómico e de uso do solo, que permitirá avaliar com maior detalhe as zonas mais problemáticas, assim como uma análise do histórico e causalidade dos incêndios, para uma melhor definição das ações de defesa da floresta.

1.2.2. ÂMBITO REGIONAL

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo (PROF-RO)

Os objetivos específicos regionais definidos pelo Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Ribatejo (aprovado pelo Decreto Regulamentar nº 16/2006 de 19 de Outubro) abordam as seguintes questões com importância estratégica para os espaços florestais:

Defesa da floresta contra incêndios

- Diminuição da área florestal ardida anualmente
- Diminuição progressiva do numero de ocorrências

Melhoria da gestão florestal

- Aumentar a área florestal com planos de gestão florestal elaborados e implementados
- Diminuir as áreas florestais sem gestão silvícola mínima
- Aumentar as áreas florestais com gestão florestal sustentável certificada
- Constituir zonas florestais de dimensão suficiente que permitam uma gestão florestal eficiente
- Aumentar a qualificação técnica dos prestadores de serviços

Melhoria contínua do conhecimento e das práticas

- Melhorar o conhecimento relativo aos modelos de silvicultura e normas de gestão dos recursos florestais mais adequados para as diversas produções e funções
- Melhorar o conhecimento relativo aos diversos componentes da biodiversidade associada aos espaços florestais da região
- Melhorar a transferência do conhecimento técnico e científico mais relevante para as entidades gestoras dos espaços florestais

Analisando o PROF do Ribatejo verifica-se que o concelho de Abrantes integra uma sub-região denominada por Floresta dos Templários.

Para cada sub-região homogénea foi definido pelo PROF uma hierarquização das funcionalidades dos espaços florestais (escolhendo as 3 mais relevantes) assim esta região caracteriza-se por apresentar como primeira função a **Produção**, como segunda função a **Proteção**, e como terceira função o **Recreio**, enquadramento e estética da paisagem, é ainda de referir **uma quarta função** acessória, não menos importante, a Silvo-pastorícia, Caça e Pesca (sobretudo a caça e pesca), que permitiu determinar objetivos específicos, medidas e metas a atingir para cada sub-região, assim como modelos de organização territorial próprios, no que se refere às espécies a privilegiar, os modelos de silvicultura a adotar para cada espécie e as normas de gestão dos recursos florestais mais relevantes.

1.2.3. ÂMBITO MUNICIPAL

O Plano Diretor Municipal (PDM) de Abrantes, regulamentado pela Resolução do Conselho de Ministros nº. 51/95 de 1 de junho, constitui, para a área do concelho de Abrantes, classes de espaço, estabelecidas em função dos usos dominantes e preferenciais do solo. Neste regulamento, o espaço florestal do concelho está definido como espaço agroflorestal :

Espaço Agro- florestal Classificação - o artigo 6º define as classes e seus limites, no nº 1 alínea C) é referida a existência da classe espaço agroflorestal. O artigo 10º, nº1 refere que estas áreas destinam-se preferencialmente à atividade agroflorestal, e ainda no nº 2 do mesmo artigo que as áreas de espaço agroflorestal correspondem às áreas exteriores aos perímetros urbanos e não abrangidos pelas zonas referidas nas alíneas d) a K) do artigo 6º.

É destinado no seu uso geral a atividade agroflorestal, com a ocupação por povoamentos regulares e puros de eucalipto (*Eucalyptus globulus*), pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*), pinheiro-manso (*Pinus*

pineia), choupo (*Populus*, spp.), nogueira (*Juglans regia*), plátano (*Platanus hispanica*), sobreiro (*Quercus suber*), carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*), azinheira (*Quercus rotundifolia*), e outras espécies definidas em PROF consoante as condições edafoclimáticas e o estabelecido para a subzona Floresta dos Templários, em que o concelho de Abrantes se integra, tem ainda como função a proteção, através da salvaguarda do património cinegético, da defesa e valorização dos recursos hídricos, da redução dos riscos de erosão do solo e de incêndio e os outros usos da floresta.

Espaço florestal Condicionantes - O artigo 26º, descreve as condicionantes existentes no espaço agroflorestal para a edificação, nomeadamente para residências, comércio, indústria e turismo. Segundo o artigo 37º, no espaço agroflorestal a Câmara Municipal poderá pronunciar-se sobre a apreciação de programas no espaço agroflorestal, e a sua viabilidade sobre critérios de oportunidades e ou adequação a programas de investimento.

No âmbito do PNDFCI o concelho de Abrantes deverá cumprir as seguintes linhas de ação prioritárias:

TABELA 1 - LINHAS DE AÇÃO PRIORITÁRIAS PARA O CONCELHO DE ABRANTES DE ACORDO COM O PNDFCI

Linhas de Atuação Prioritárias		Objetivo específico 2014/2018
Gerais	Gestão de Combustível em áreas estratégicas – faixas de mosaicos	Implementar programas de gestão de combustíveis
	Redução do número de incêndios por negligência – Sensibilizar as populações	Educar e sensibilizar as populações
	Reforço da dissuasão e fiscalização	Organizar ações móveis de dissuasão, vigilância e fiscalização, face ao risco
		Organizar ações de dissuasão e fiscalização, com base nas comunidades
	Construção de faixas de proteção de aglomerados, polígonos industriais e edificações isoladas	Proteção em zonas de interface urbano/florestal
Específicas	Redução do tempo de intervenção e melhorar a organização para grandes Incêndios; Descrever e quantificar o perigo de ocorrência de incêndios florestais, no concelho; Avaliar a eficácia dos meios de prevenção, deteção e combate existentes; Fornecimento de uma cartografia atualizada e detalhada, onde estejam representadas as infraestruturas de extrema utilidade numa situação de emergência.	Garantir uma primeira intervenção rápida e eficaz
		Implementar um sistema de gestão de meios (humanos e materiais) a mobilizar, em função do risco
		Melhorar as técnicas e táticas de supressão
		Reduzir a área ardida anual no concelho para contribuir para a meta nacional de 0,8% da superfície florestal
		Reduzir o nº de incêndios com duração superior a 24 horas
		Reduzir o número de reacendimentos

2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

Segundo o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, “para garantir a eficácia e a eficiência dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios é condição necessária a definição de uma metodologia única de avaliação do risco de incêndio, expedita e de escala adequada, para apoio às ações de nível municipal”.

2.1. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS

A caracterização e cartografia das estruturas de vegetação, segue a classificação criada pelo Northern Forest Fire Laboratory (NFFL), com a descrição de cada modelo à qual foi adicionado uma orientação da aplicabilidade ao território continental desenvolvida por Fernandes, P. M..

Os modelos existentes estão descritos no Guia Técnico do PMDFCI da Direção de Unidade de Defesa da Floresta, Abril 2012.

A atribuição de um modelo existente a uma determinada mancha de vegetação com características mais ou menos homogêneas pode fazer-se com recurso a determinados critérios pré-definidos, a chaves dicotómicas e a chaves fotográficas.

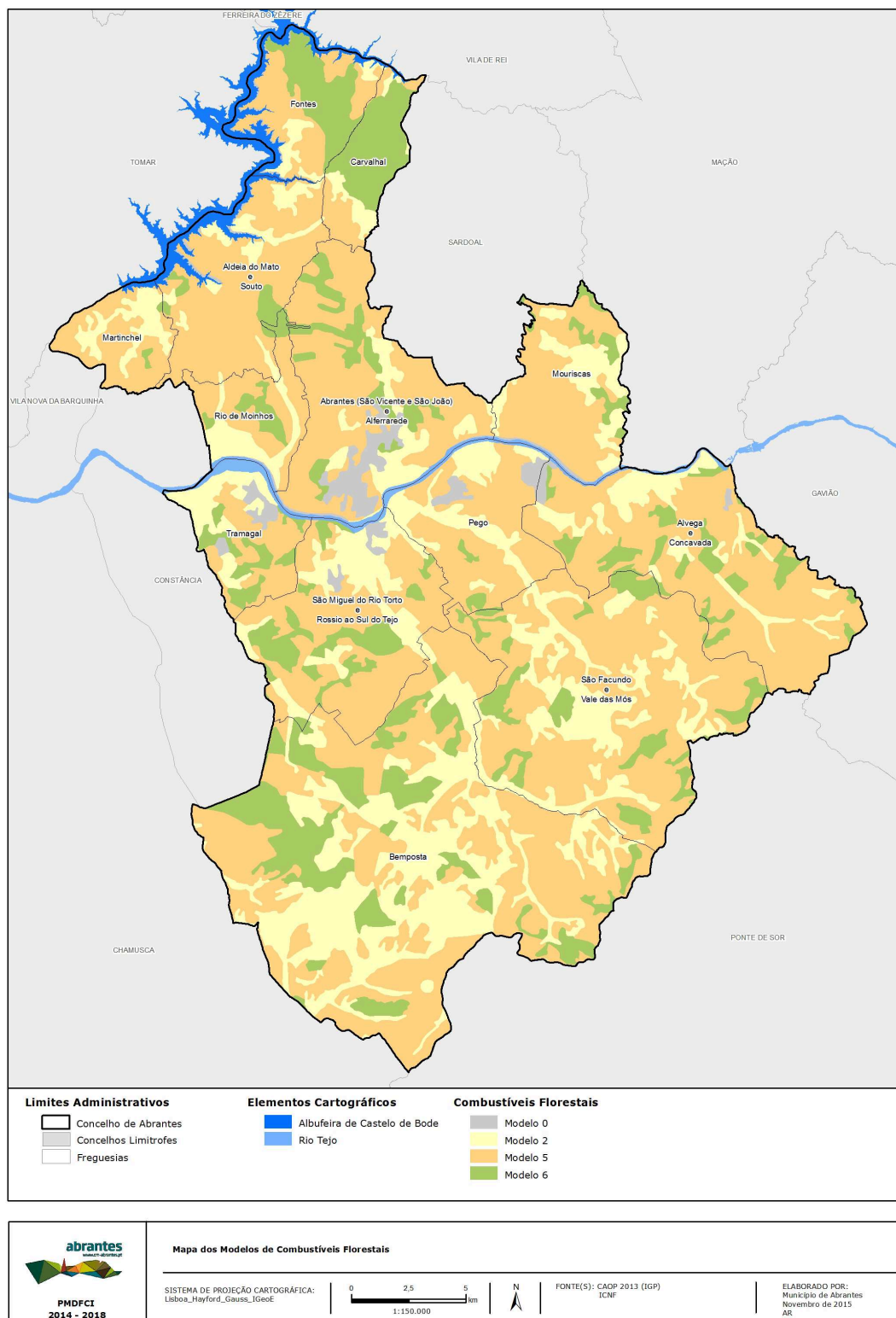
Critérios para a seleção do modelo de combustível:

- 1) Determinar a classe potencial de combustível em termos gerais. Por exemplo: herbáceas, arbustivo, manta morta, resíduos lenhosos, outros.
- 2) Centrar a atenção sobre a classe de combustível que pode arder ou que é provável que propague o fogo. Por exemplo, se o incêndio ocorre num terreno arborizado, mas muito aberto e no qual existe pasto, a folhada será escassa e o estrato de combustível que propaga o fogo será o pasto. Neste caso deve considerar-se o modelo 2. Na mesma área, se a erva está dispersa, a folhada poderia ser o estrato que propaga o fogo, e nesse caso seria de considerar o modelo 9.
- 3) Observar a altura e compactação geral do combustível, especialmente nos modelos de herbáceas e bosque.
- 4) Determinar quais as classes de combustíveis presentes e estimar a sua influência no comportamento do fogo. Por exemplo, pode existir combustível verde, mas terá esta influência no comportamento do fogo? Podem existir combustíveis grossos, porém estão podres ou decompostos? Deve observar-se os combustíveis finos e escolher um modelo que represente a sua

altura, grau de compactação, e de algum modo, a quantidade de combustível vivo e a sua contribuição para a propagação do fogo. Há que evitar deixar-se confundir pelo nome do modelo, o qual é apenas indicativo.

A análise à figura 1 permite-nos evidenciar uma mistura predominante do modelo 5 com o modelo 6, ambos do grupo arbustivo. Os combustíveis dominantes são matos densos mas baixos menos de 0,6 m no modelo 5, o modelo 6 apresenta matos com mais idade com altura variável de 0,6 m até 2 m de altura, apresenta ainda arvoredos jovens, muito inflamáveis, grande parte destas zonas têm sido fustigadas pelos incêndios e verifica-se uma ausência de boas práticas florestais logo um mau ordenamento florestal.

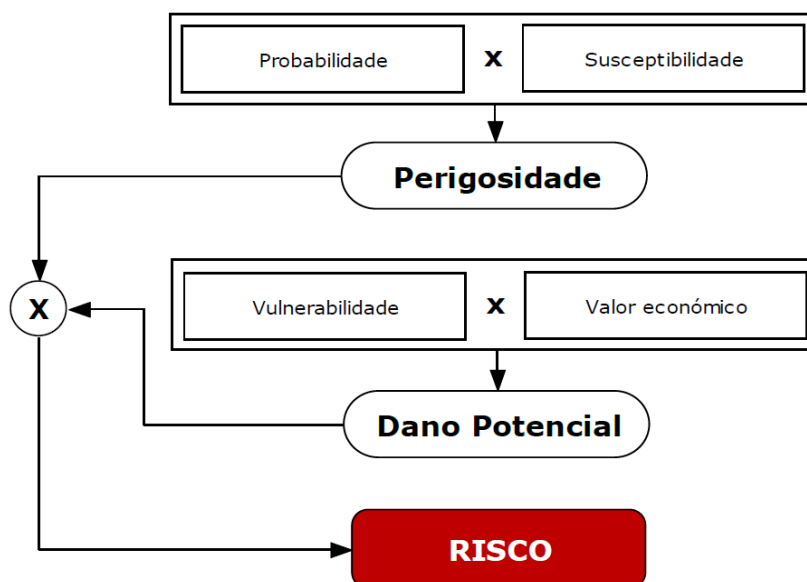
FIGURA 1 - MODELO DE COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS



2.2. CARTOGRAFIA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

Os prejuízos elevados resultantes da destruição de património edificado e de vastas áreas de povoamentos florestais justificam a necessidade de se avaliar a perigosidade de incêndio florestal. O modelo (figura 2) seguido para o calculo da cartografia de risco é o indicado no Guia Técnico do PMDFCI. É impreterível respeitar o modelo de risco, do qual resultam dois mapas diferentes que devem ser apresentados: mapa de perigosidade (vulgar e incorretamente conhecido por mapa de risco) e mapa de risco.

FIGURA 2 – COMPONENTES DO MODELO DE RISCO



2.2.1. PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL

O calculo da perigosidade baseou-se na multiplicação da probabilidade pela suscetibilidade.

A probabilidade utiliza a cartografia das áreas ardid

A probabilidade anual determina-se, para cada pixel, dividindo:

$$(f \times 100)/n$$

Em que “f” é o número de ocorrências registadas, e “n” o número de anos da série. Dada a necessidade ou vantagem de trabalhar com valores inteiros em SIG, multiplica-se “f” por 100 podendo usar apenas valores inteiros, ignorando a parte decimal. Reclassifica-se raster de probabilidade de modo a que todas as áreas que arderam apenas uma vez sejam igualadas às que

nunca arderam. Deste modo isolar-se-ão fenómenos sem recorrência que poderão ter sido fortuitos. As áreas que nunca arderam devem ser reclassificadas de zero para um, de modo a não funcionar como elemento absorvente.

A suscetibilidade tem por base a informação dos declives e do uso e ocupação do solo.

Os declives foram reclassificados em graus (5 classes):

Classe 0 a 5 – Valor 2

Classe 5 a 10 – Valor 3

Classe 10 a 15 – Valor 4

Classe 15 a 20 – Valor 5

Classe 20 e superiores – Valor 6

A ocupação do solo foi adaptada à cobertura Corine Land Cover e foi reclassificada em três classes :

Classe de Suscetibilidade Baixa (valor 2): 212, 213, 221, 222, 241, 331

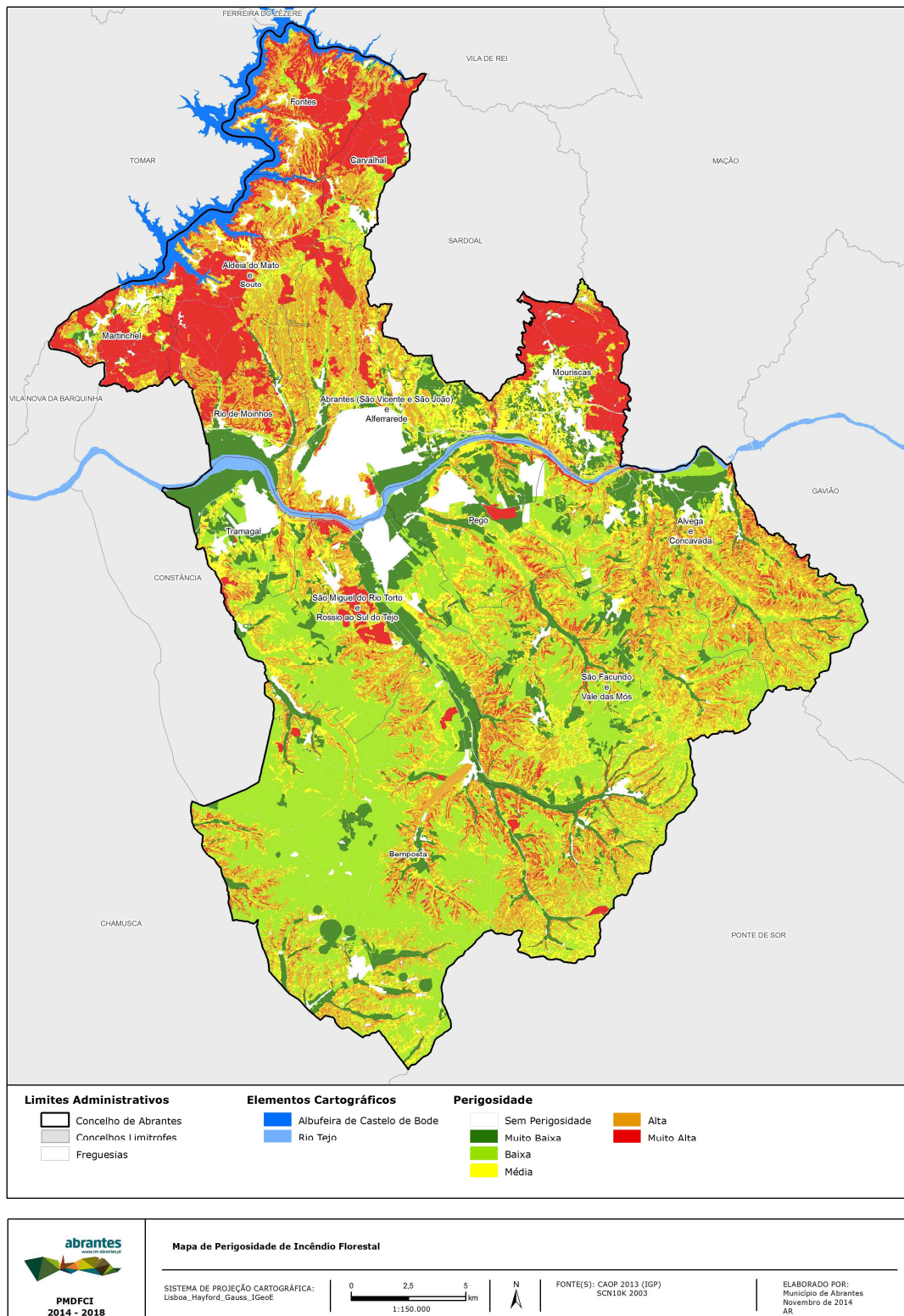
Classe de Suscetibilidade Média (valor 3): 211, 223, 231, 242, 244

Classe de Suscetibilidade Elevada (valor 4): 243, 311, 312, 313, 321, 322, 323, 324, 332, 333, 334

O raster da probabilidade foi multiplicado pelo raster da suscetibilidade. O mapa que resulta desta multiplicação é o mapa de perigosidade.

A perigosidade do concelho de Abrantes atinge valores preocupantes pois cerca de 50 % da área situa-se nas classes alta e muito alta apresentando assim um elevado potencial para a ignição e ocorrência de incêndios florestais.

FIGURA 3 - PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL



2.2.2. RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

O cálculo do risco de incêndio baseou-se na multiplicação da vulnerabilidade pelo valor económico, cujo resultado é o dano potencial. Ao multiplicar o dano potencial pela perigosidade obtém-se o risco.

A vulnerabilidade expressa o grau de perda a que um determinado elemento em risco está sujeito. Elemento em risco é uma designação genérica para populações, bens, atividades económicas, expostos à perigosidade e, deste modo, em risco (admitindo que tenham valor). A vulnerabilidade desses elementos designa a sua capacidade de resistência ao fenómeno e de recuperação após o mesmo. A vulnerabilidade expressa-se numa escala de zero (0) a um (1) em que zero (0) significa que o elemento é impervio ao fenómeno, não ocorrendo qualquer dano, e um (1) significa que o elemento é totalmente destrutível pelo fenómeno.

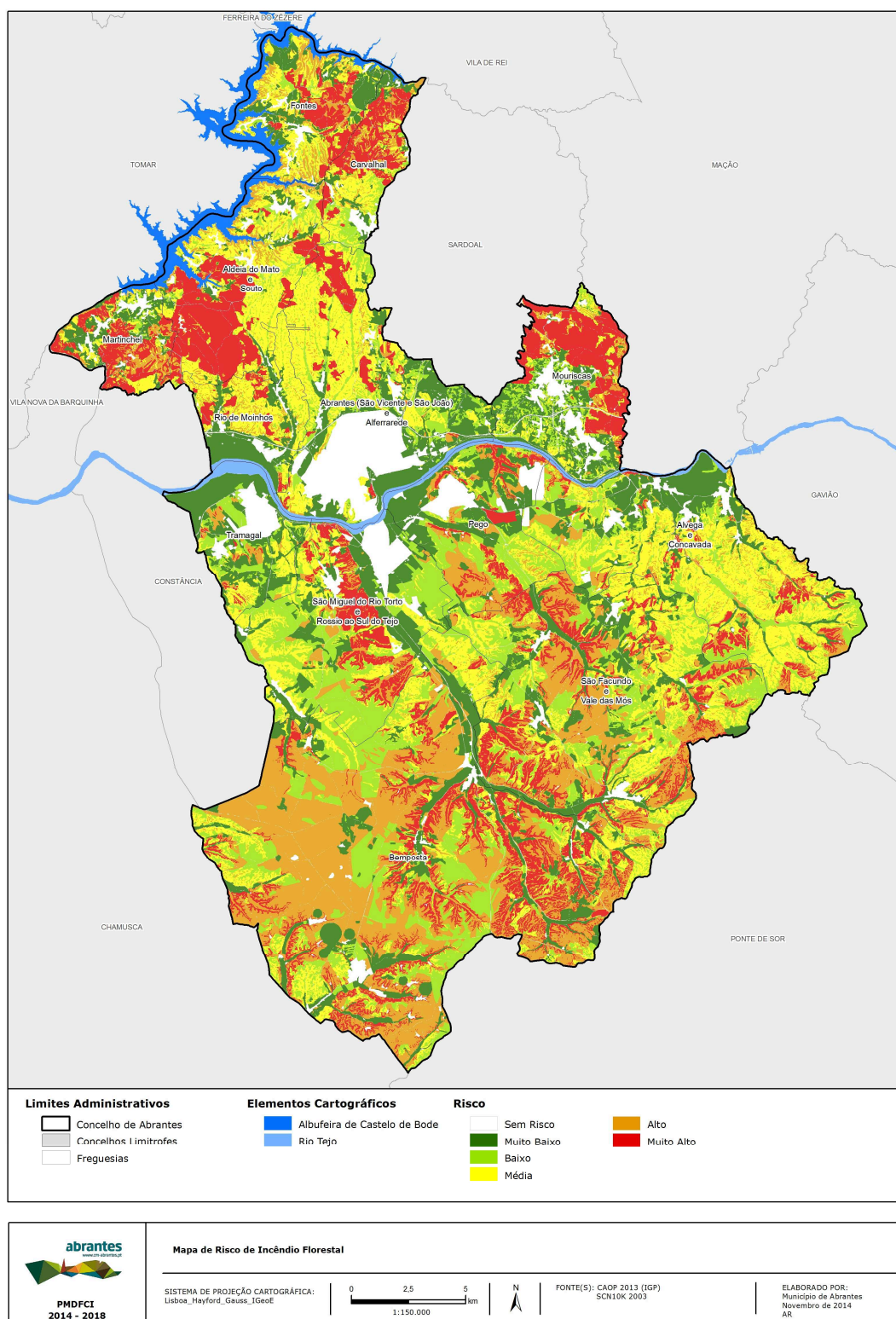
Os valores de referência para a vulnerabilidade são os constantes no Guia Técnico do PMDFCI.

O valor económico é o valor de mercado em euros dos elementos em risco. Permite quantificar o investimento necessário para recuperar um elemento, em função da sua vulnerabilidade, após destruição ou perda de performance por exposição a um fenómeno danoso. Os valores económicos de referência são os constantes no Guia Técnico.

O dano potencial de um elemento é o produto do seu valor económico pela vulnerabilidade que lhe é intrínseca. Um elemento que tenha elevado valor económico mas seja totalmente invulnerável, terá um dano potencial nulo por quanto não será afetado pelo fenómeno. Inversamente, o dano potencial será tanto maior quanto a vulnerabilidade seja próxima de 1 e o seu valor económico elevado.

O concelho de Abrantes apresenta índices altos de risco de incêndio essencialmente na zona norte e nas zonas com maiores declives. Estas zonas são muito sensíveis à ignição e propagação do fogo, essencialmente, devido às características do terreno (relevo acentuado). Em alguns locais temos uma forte regeneração de pinheiro bravo, que surge de modo desordenado.

FIGURA 4 - RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL



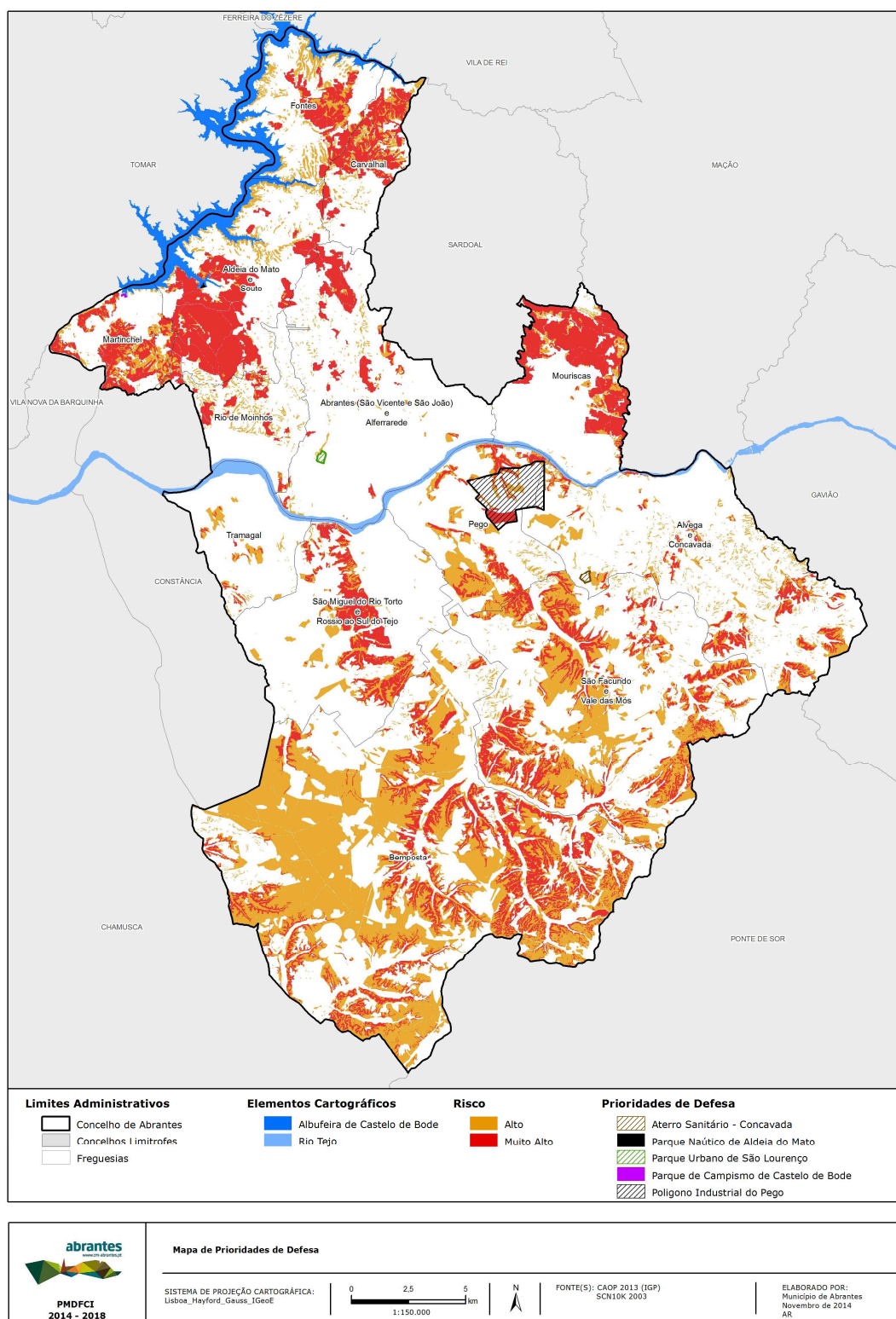
2.3. PRIORIDADES DE DEFESA

O objetivo da figura 5 é identificar claramente quais os elementos que interessa proteger. Deste modo, os principais elementos em risco são:

- Zonas com espaços florestais de recreio: Parque Náutico de Aldeia do Mato, Parque Urbano de S. Lourenço, Parque de Campismo de Castelo de Bode (particularmente as zonas envolventes aos mesmos)
- Zonas com a presença de áreas protegidas como a Albufeira de Castelo de Bode
- Aglomerados Urbanos que se encontram em área florestal, em zonas de elevado e muito elevado risco de incêndio
- Zonas Industriais: Pego, Tramagal, Aterro Sanitário, Central Termoelétrica do Pego.

É de salientar o facto de alguns destes espaços se encontrarem inseridas em áreas correspondentes a grau de risco alto e muito alto, portanto, será necessário dar-lhes uma maior importância e prioridade de defesa pela sua importância estratégica.

FIGURA 5 - PRIORIDADES DE DEFESA



3. OBJETIVOS E METAS MUNICIPAIS DA DFCI

3.1. IDENTIFICAÇÃO DA TIPOLOGIA DO CONCELHO

Tendo em conta os dados fornecidos pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas desde 1990 até ao presente ano a tipologia do concelho é **T2**. O concelho de Abrantes como já foi referido é essencialmente florestal. Possui uma área de 71.470,88 hectares, 69 % desta área é ocupada com floresta e 7 % com incultos, o que perfaz 76 % da sua área total.

3.2. OBJETIVOS E METAS MUNICIPAIS DE DFCI

De acordo com o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na atual redação, o PMDFCI deverá conter as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das ações de prevenção, a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

TABELA 2 - OBJETIVOS E METAS A ALCANÇAR ATÉ 2018

Objetivos	Meta 2014	Meta 2015	Meta 2016	Meta 2017	Meta 2018
Reduzir área ardida	<10 ha	<10 ha	<10 ha	<10 ha	<10 ha
Reduzir incêndios com mais de 1 hectare	1	1	1	1	1
Reduzir reacendimentos	0,3% das ocorrências	0,3% das ocorrências	0,2% das ocorrências	0,2% das ocorrências	0,1% das ocorrências
Reduzir tempos de intervenção superiores a 1 hora	0,1% das ocorrências	0,1 das ocorrências	0,1 das ocorrências	0,1 das ocorrências	0,1 das ocorrências
Eliminar incêndios com mais de 10 hectares	0	0	0	0	0
1.ª Intervenção < 10 minutos	95% das ocorrências	95% das ocorrências	95% das ocorrências	95% das ocorrências	95% das ocorrências

Apesar do disposto na tabela 2 reforça-se os objetivos e metas com os seguintes parâmetros:

- Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, promovendo a gestão florestal e intervindo em áreas estratégicas;
- Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações;
- Diminuição progressiva do número de ocorrências
- Melhorar a capacidade de dissuasão e fiscalização, reforçando a vigilância.

- Implementar uma eficaz rede de infraestruturas e sinalização em manchas florestais de maior risco.
- Incentivar grupos de voluntários para apoiar as ações florestais de prevenção e apoio logístico.
- Continuar a criar e manter faixas de proteção, nos aglomerados populacionais de acordo com a identificação do maior risco.
- Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios, com o aumento da eficácia nas ações de prevenção, vigilância, deteção, alerta, 1ª intervenção e combate aos Incêndios Florestais.
- Recuperar e reabilitar os ecossistemas, desenvolvendo um programa específico para a recuperação de áreas ardidas
- Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz, com a integração dos esforços das múltiplas instituições e agentes envolvidos na defesa da floresta.
- Até 2018 verificar-se uma área ardida anual inferior a 0,8 % da superfície florestal constituída por povoamentos.

4. EIXOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos inerentes aos cinco eixos estratégicos definidos no âmbito do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios têm vários níveis de planeamento, desde o nacional ao municipal. Cada uma dessas linhas de atuação tem indexadas um conjunto de objetivos gerais, que por sua vez se dividem em objetivos específicos e em ações a realizar. Ao nível municipal, as ações a realizar deverão procurar satisfazer os objetivos e as metas definidas pelo PNDFCI que deverão assentar nos cinco eixos estratégicos definidos pela Resolução de Conselho de Ministros nº65/2006 de 26 de Maio, sendo assim é possível definir os objetivos estratégicos deste plano para os próximos 5 anos.

1º Eixo Estratégico: Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

2º Eixo Estratégico: Redução da incidência dos incêndios

3º Eixo Estratégico: Melhoria da eficácia e da gestão dos incêndios

4º Eixo Estratégico: Recuperar e reabilitar os ecossistemas

5º Eixo Estratégico: Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

As ações que sustentam este Plano procuram satisfazer os objetivos e as metas preconizadas nestes cinco eixos estratégicos, sendo organizadas e hierarquizadas em função do seu impacto esperado na resolução dos problemas identificados neste concelho.

4.1. - 1º EIXO ESTRATÉGICO - AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

No 1º eixo estratégico de atuação é importante aplicar habilmente sistemas de gestão de combustível, desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes aos incêndios florestais.

Este eixo estratégico encontra-se intimamente ligado ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, promovendo a estabilização do uso do solo e garantindo que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social, procurando dar resposta ao nº1 do artigo 15º do Decreto-Lei 124/2006 de 28 de junho, na atual redação.

É obrigatória a gestão de combustíveis associada às diferentes infraestruturas presentes, operacionalizando-se ao nível municipal a rede secundária de faixas de gestão de combustível

(FGC). No que respeita à gestão de combustíveis em volta de edificações, deve a CMDF definir claramente no PMDFCI, o procedimento de levantamento e execução a adotar, devem ainda ser definidas regras para as novas edificações.

Para definir as metas para as ações que consubstanciam este eixo teve-se em conta a informação base relativa à caracterização física, caracterização da população, caracterização do uso do solo e zonas especiais, análise do histórico dos incêndios (Caderno I) e também as cartas de combustíveis, de risco de incêndio e de prioridades de defesa .

Objetivo estratégico

- Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas.

Objetivos operacionais

- Proteger as zonas de interface Urbano/Florestal.
- Implementando ações de redução de combustíveis

Ações

- Criação e manutenção de redes de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidades aos incêndios
- Implementação de mosaico de parcelas gestão de combustível
- Promoção de ações de silvicultura no âmbito da DFCI
- Promoção de ações de gestão de pastagens
- Criação e manutenção de redes de infraestruturas (rede viária florestal e rede de pontos de água)
- Divulgação de técnicas de ajardinamento com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais

Deste eixo estratégico resulta claramente a definição dos espaços florestais objeto de gestão de combustíveis junto das diferentes infraestruturas presentes, assim como a operacionalização ao nível municipal, das faixas de gestão de combustível previstas nos níveis de planificação regional e nacional.

4.1.1. LEVANTAMENTO DA REDE DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

A avaliação e caracterização das infraestruturas existentes, constituiu a primeira fase do processo de planeamento de um sistema integrado de infraestruturas de prevenção e de apoio ao combate aos incêndios florestais.

4.1.1.1. REDE DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL E MOSAICO DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

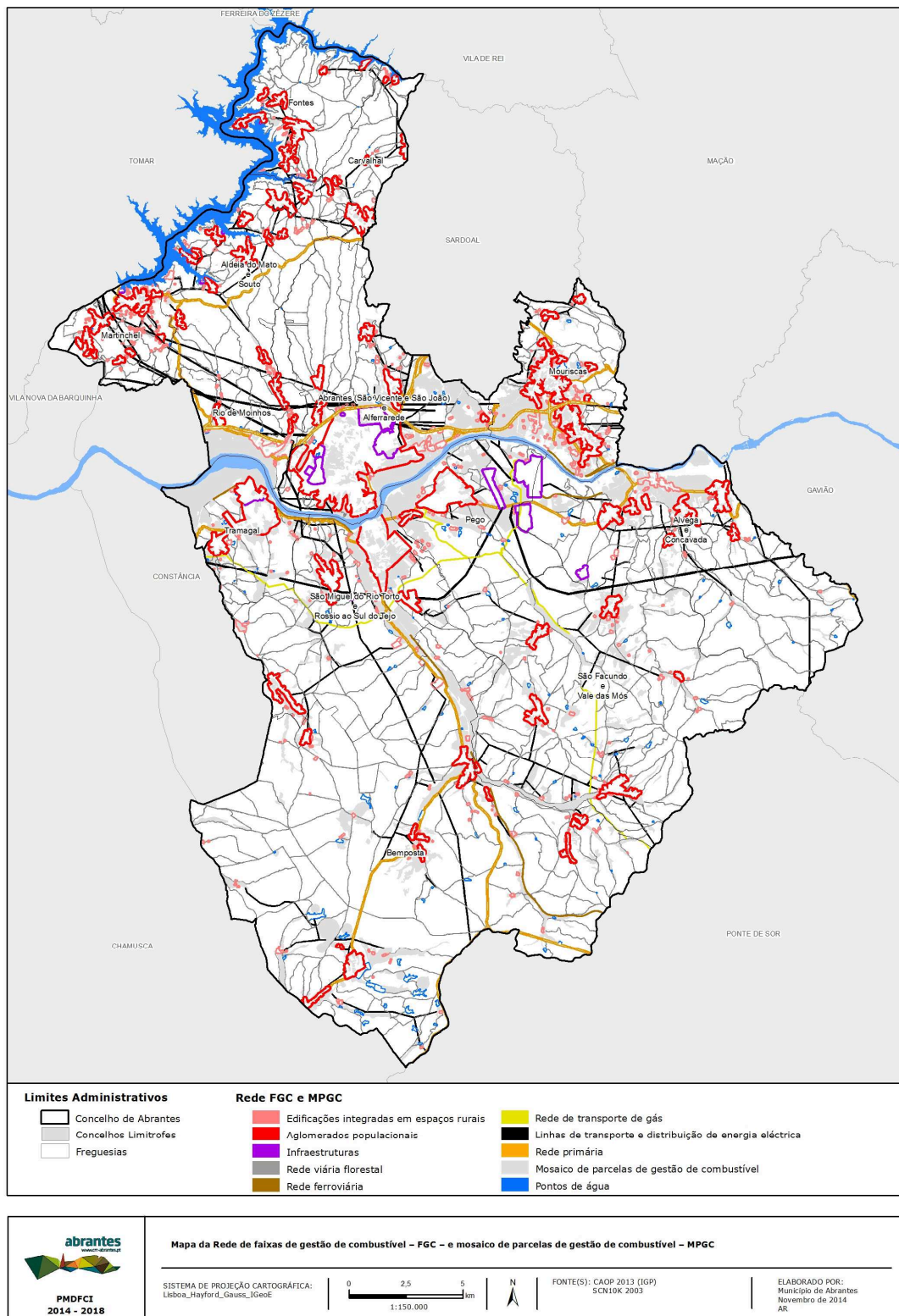
As faixas de gestão de combustíveis que constituem as redes primárias, secundárias e terciárias, e os mosaicos de parcelas de gestão de combustível conforme estabelecido no Decreto-lei nº124/2006, de 28 de junho, na atual redação, cumprem um importante papel na prevenção de incêndios.

Estas faixas de gestão de combustíveis definem um conjunto de funções básicas de compartimentação de manchas florestais cujos objetivos são diminuir a superfície percorrida por grandes incêndios e facilitar o combate e a intervenção direta e indireta na frente de fogo ou nos seus flancos.

É importante referir que a utilização atual das faixas de gestão de combustíveis materializa também os objetivos de reduzir os efeitos da passagem de incêndios, proteger de forma passiva, zonas edificadas, vias de comunicação, infra estruturas, povoamentos florestais, isolar focos potenciais de incêndios, reduzir a probabilidade de propagação de incêndios a áreas adjacentes a linhas elétricas de muito alta tensão e média tensão, à rede viária, rede ferroviária, rede de gás natural, e parques industriais, central termoelétrica do Pego, entre outros.



FIGURA 6 - REDE DE FGC E MPGC



4.1.1.2. REDE VIÁRIA FLORESTAL

A rede de estradas e caminhos florestais (RVF) é fundamental para a gestão e o ordenamento florestal, para a prevenção e combate a incêndios.

Para além das estradas Nacionais/Regionais e Municipais que atravessam áreas de floresta a RVF é constituída por:

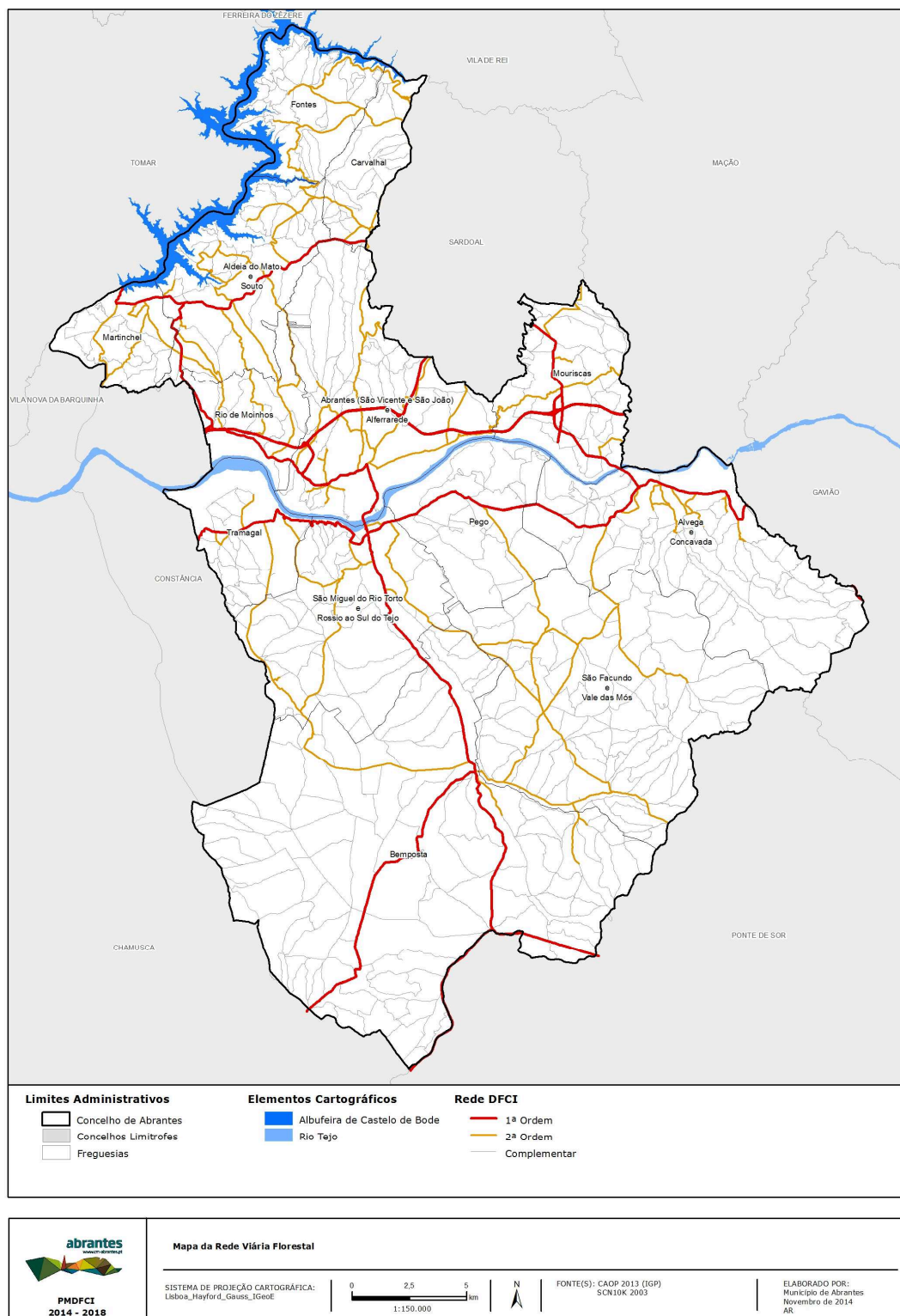
- Caminhos florestais, que dão passagem sem restrições durante todo o ano a todo o tipo de veículos;
- Estradões, nos quais a circulação sem restrições é limitada aos veículos todo-o-terreno, desempenhando funções primordiais de servir a gestão florestal e a compartimentação da floresta;
- Trilhos, que são vias de existência efémera, destinadas à passagem exclusiva de tratores e máquinas florestais.

A rede aqui apresentada tem os seguintes objetivos:

- A circulação de patrulhas móveis, em funções de vigilância ou ataque inicial de incêndios;
- O acesso rápido dos veículos de combate a todos os focos de incêndio;
- A constituição de linhas de luta sobre as quais os veículos de combate poderão tomar posição no combate;
- O acesso rápido a pontos de água.

Foi definida com o objetivo de compartimentar as principais manchas florestais e garantir acessos rápidos e seguros às mesmas.

FIGURA 7 - REDE VIÁRIA FLORESTAL

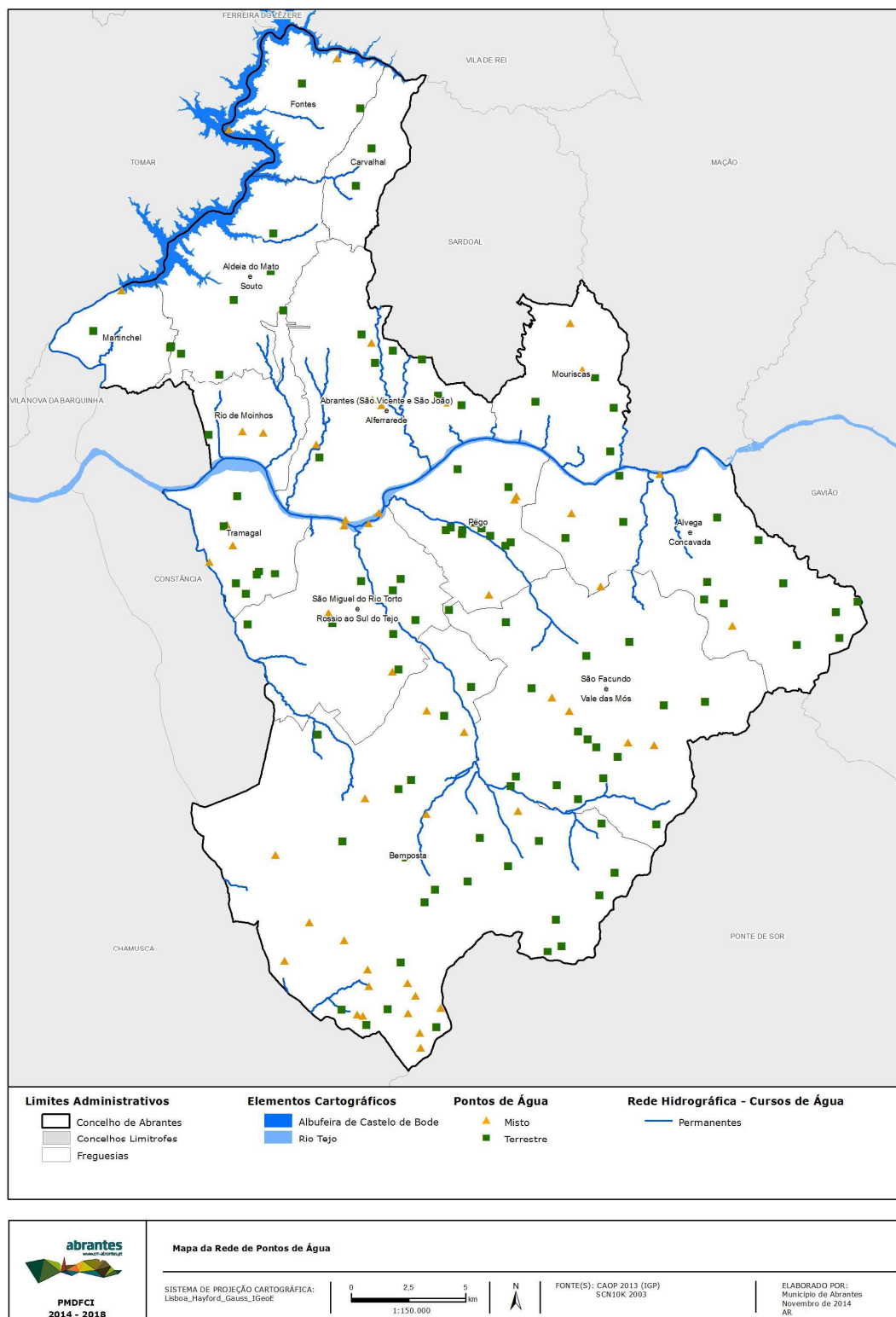


4.1.1.3. REDE DE PONTOS DE ÁGUA

Neste plano consideram-se como estruturas de armazenamento de água os tanques em betão existentes no interior ou nas proximidades de áreas florestais com capacidade de abastecer os veículos de combate a incêndios, distinguindo-se aqueles que permitem também o abastecimento dos meios aéreos.

A rede de pontos de água do concelho de Abrantes é constituída por um conjunto de estruturas de armazenamento de água, fixos ou móveis, de planos de água, naturais ou artificiais acessíveis por meios terrestres ou aéreos e de pontos de tomadas de água, públicos ou privados.

FIGURA 8 – REDE DE PONTOS DE ÁGUA



4.1.1.4. SILVICULTURA NO ÂMBITO DA DFCI

A silvicultura preventiva enquadra e congrega todas as ações que possibilitam a prevenção no âmbito da proteção da floresta contra incêndios, no entanto deverão ser também considerados diversos problemas acessórios, dos quais um dos mais importantes será o estado fitossanitário da floresta.

No concelho de Abrantes, como nos concelhos vizinhos, temos vindo a assistir ao abandono de terras com grande potencial agrícola, e até florestal. Temos atualmente zonas enormes de elevado risco de incêndio favorecidas por esse abandono. É neste sentido que temos que intervir na floresta mas também nos matos, nos terrenos incultos e em zonas agrícolas abandonadas, é importante também salientar as zonas ardidas que devem ser acompanhadas na sua reflorestação.

É essencial a aplicação de diversas técnicas de silvicultura: nas zonas agrícolas ainda existentes deve ser incentivada a sua continuação tendo conta que funcionam como uma importante zona tampão, onde a silvicultura preventiva já está garantida.

As medidas de silvicultura preventiva distinguem-se das parcelas de gestão de combustível uma vez que têm objetivos distintos, enquanto as medidas de silvicultura preventiva visam aumentar a resistência dos povoamentos à passagem do fogo, sendo aplicadas em quase toda a superfície, as parcelas de gestão de combustível têm uma localização estratégica e pré-determinada em função do regime do fogo e das estratégias de combate previamente planeadas.

Não existem dados de modo a ilustrar a silvicultura no concelho de Abrantes.

4.1.2. PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 1º EIXO

4.1.2.1. REDE DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL E MOSAICO DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL, REDE VIÁRIA FLORESTAL E REDE DE PONTOS DE ÁGUA

As figuras 9 a 13 representam a planificação das ações a desenvolver, 2014-2018.

FIGURA 9 – INTERVENÇÃO PRECONIZADA - ANO 2014

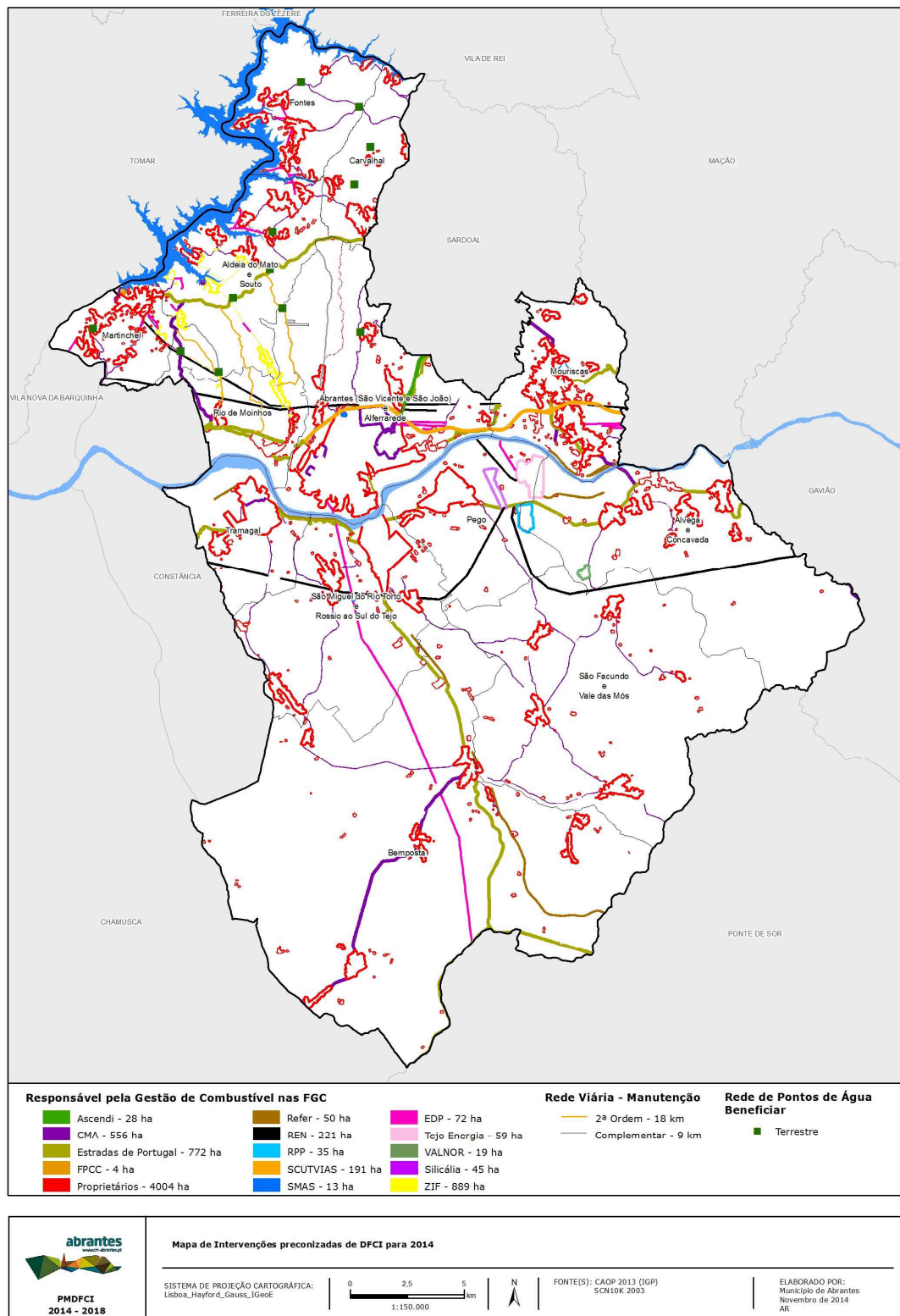


FIGURA 10 – INTERVENÇÃO PRECONIZADA - ANO 2015

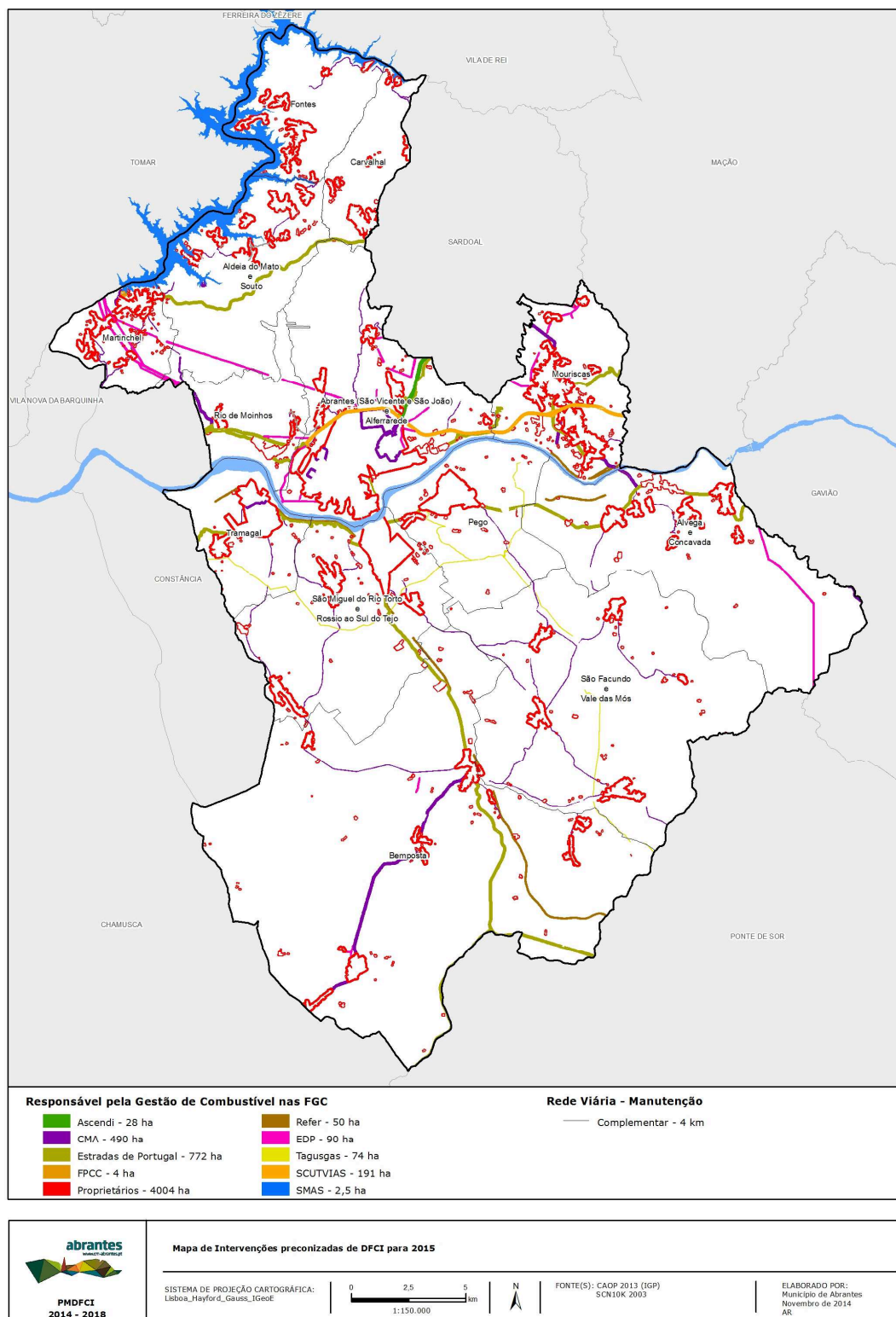




FIGURA 11 – INTERVENÇÃO PRECONIZADA - ANO 2016

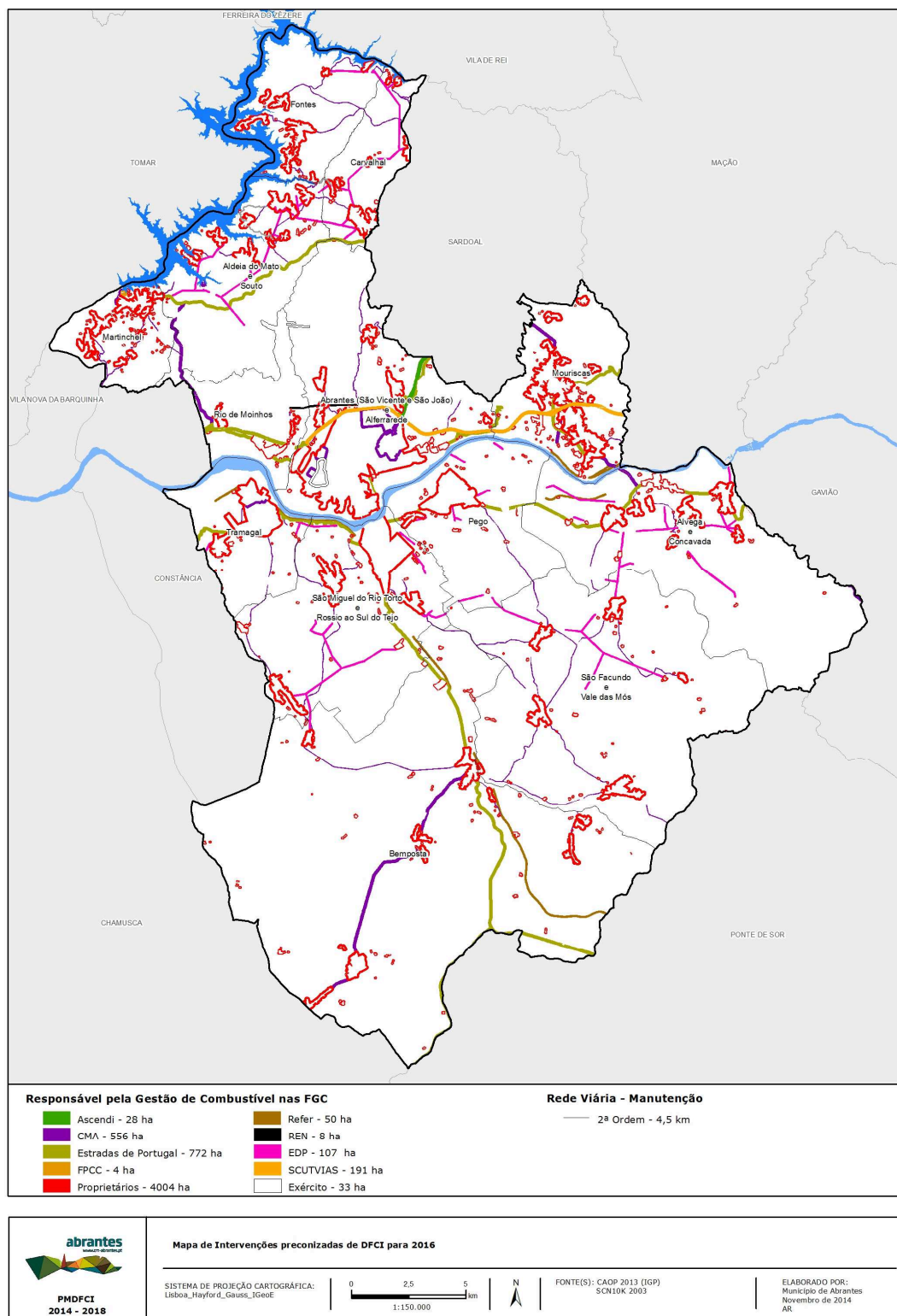


FIGURA 12 – INTERVENÇÃO PRECONIZADA - ANO 2017

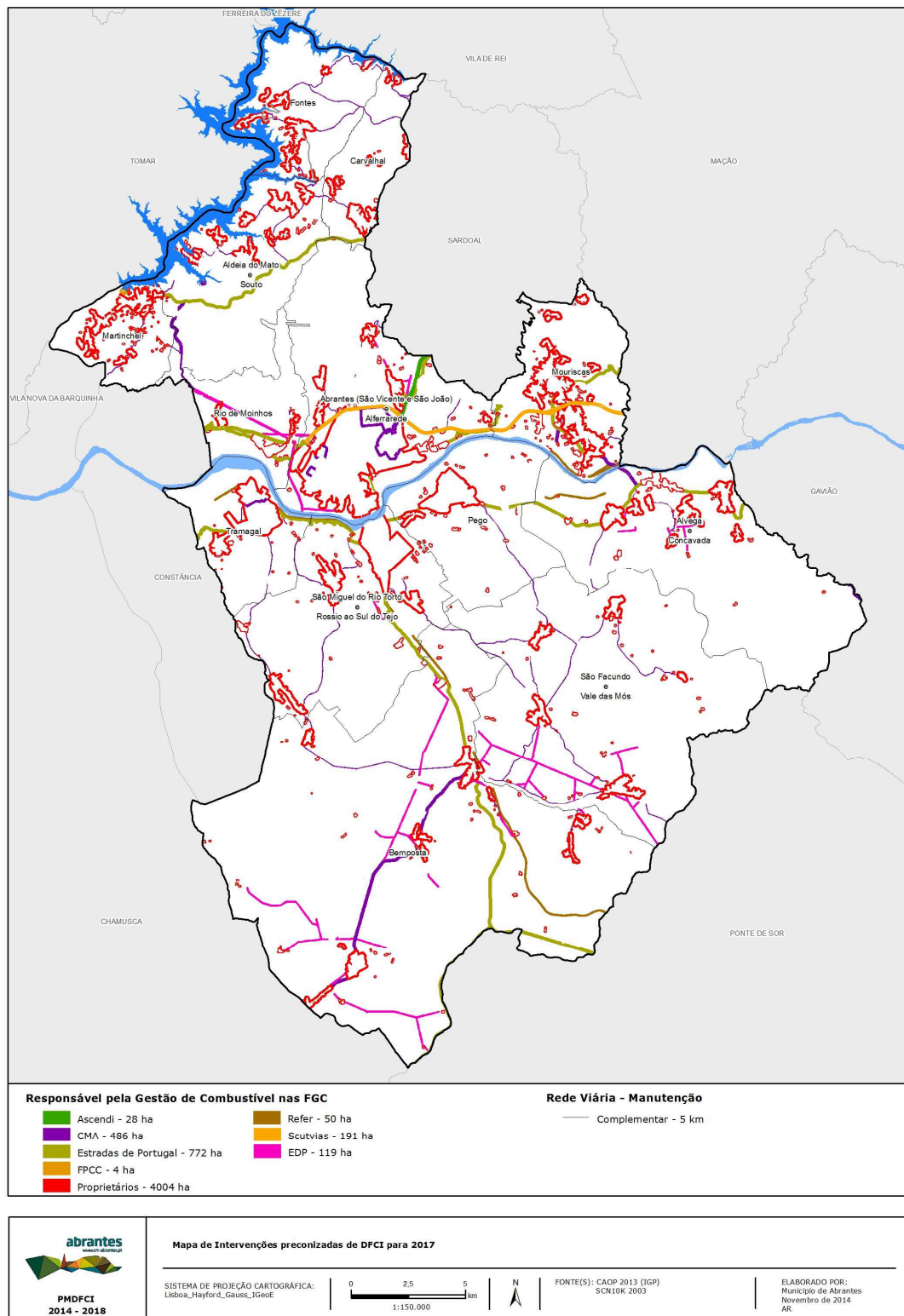
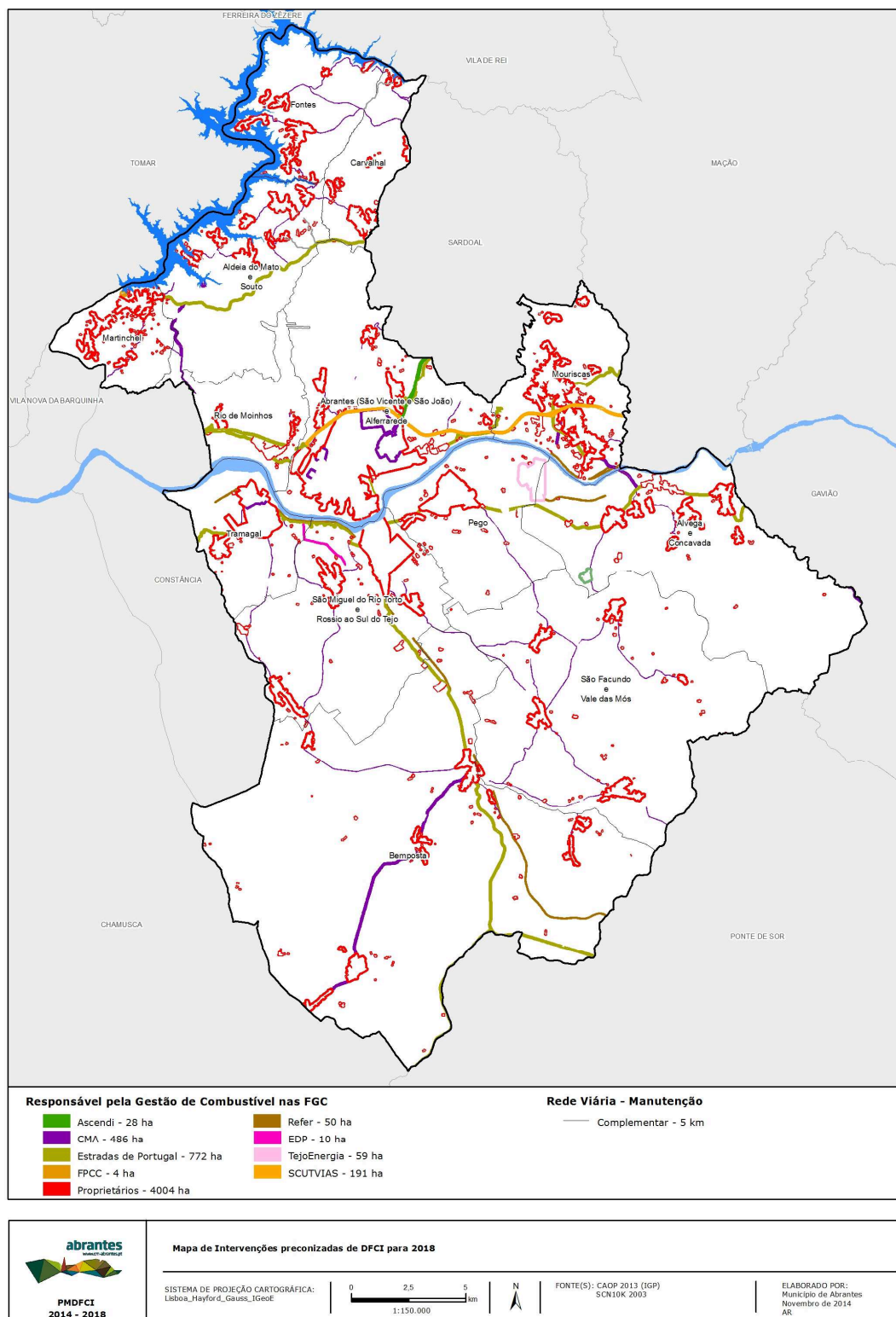


FIGURA 13 – INTERVENÇÃO PRECONIZADA - ANO 2018



4.1.2.2. REDE DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL E MOSAICOS E PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

O Decreto-Lei nº 124/2006 de 28 de junho, na atual redação, no seu artigo 15º nº 2 estabelece as medidas e ações estruturais e operacionais relativas à prevenção das florestas contra incêndios a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios. Este sistema assenta em três pilares fundamentais e enquadra num modelo ativo e estruturante duas dimensões de defesa que se complementam: a defesa de pessoas e bens e a defesa da floresta. Estabelece uma faixa de gestão de combustível de 50 metros na envolvente a edificações, independentemente do tipo de ocupação do solo.

O Decreto-Lei nº 17/2009 de 14 de janeiro, veio introduzir alguns ajustamentos, clarificando a sua forma de estruturação, nomeadamente a alteração às regras de edificação previstas no nº 2 e 3 do artigo 16º, que condicionam a edificação nos espaços rurais, visando garantir o interesse público de defesa de pessoas e bens face aos incêndios florestais, limitando a expansão das novas edificações tendo em consideração o risco de incêndio florestal (artigo 16º, nº 1 e 2) e a dimensão da parcela (artigo 16º, nº3), que tem que garantir a distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 metros. Neste sentido, torna-se necessário adequar o conteúdo do PMDFCI de Abrantes às alterações introduzidas pelos diplomas anteriormente referidos, designadamente com a integração das Condições de Edificabilidade.

Pressupostos:

1 – Consideram-se “novas edificações” as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de um imóvel destinado a utilização humana, bem como de qualquer outra construção que se incorpore no solo com caráter de permanência;

2 – Segundo o Decreto-Lei nº 124/2006 de 28 de junho, na atual redação, considera-se como áreas edificadas consolidadas as áreas que possuem uma estrutura consolidada ou compactação de edifícios, onde se incluem as áreas urbanas consolidadas e outras áreas edificadas em solo rural, classificadas deste modo pelos instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares.

3 - Segundo o Decreto-Lei nº 124/2006 de 28 de Junho, na atual redação, consideram-se como **espaços florestais** os terrenos ocupados com floresta, matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas, segundo os critérios definidos no Inventário Florestal Nacional (independente da nomenclatura utilizada em sede de PDM).

4 – Segundo o Decreto Regulamentar nº 11/2009, de 29 de maio, solo rural é o que se destina ao aproveitamento agrícola, pecuário e florestal ou de recursos geológicos, a espaços naturais de

proteção ou de lazer ou a outros tipos de ocupação humana que não lhe confirmam o estatuto de solo urbano.

Regras de edificabilidade tendo em consideração o nº 2 e 3 do artigo 16 do Decreto-Lei nº 124/2006 de 28 de junho, na atual redação:

1 — A construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria fora das áreas edificadas consolidadas é proibida nos terrenos classificados no PMDFCI com perigosidade de incêndio das classes alta ou muito alta, sem prejuízo das infraestruturas definidas nas RDFCI.

2 — As novas edificações no espaço florestal ou com ele confinante, fora das áreas edificadas consolidadas têm de salvaguardar, na sua implantação no terreno, a garantia de distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m e a adoção de medidas especiais relativas à resistência do edifício à passagem do fogo e à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivos acessos.

3 — Noutros espaços rurais, que não os espaços florestais, podem ser definidas outras dimensões para a distância à estrema da propriedade, desde que esteja assegurado uma faixa de 50 m sem ocupação florestal (floresta, matos e pastagens espontâneas). Assim:

- deverá existir a garantia de distância à estrema da propriedade de uma faixa nunca inferior a 50 m quando confinante com terrenos classificados no PMDFCI com risco de incêndio (perigosidade) de classe Alta e Muito Alta.

- deverá existir a garantia de distância à estrema da propriedade de uma faixa nunca inferior a 25 m quando confinante com terrenos classificados no PMDFCI com risco de incêndio (perigosidade) de classe Média.

- deverá existir a garantia de distância à estrema da propriedade de uma faixa nunca inferior a 15 m quando confinante com terrenos classificados no PMDFCI com risco de incêndio (perigosidade) de classe Baixa e Muito Baixa.

4 — Devem as faixas de proteção às novas edificações estar inseridas nas propriedades de que são titulares, ou seja, em terreno que pertença ao proprietário da edificação (nº 2 do artigo 15º do DL 124/2006 na atual redação)

5 - Os critérios cumulativos para o cumprimento da gestão de combustível na área envolvente à edificação, os quais devem ser cumpridos pelos proprietários das edificações em espaço rural dentro da (s) sua (s) propriedade, são os constantes do Anexo ao Decreto -Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na atual redação:

- a) No estrato arbóreo, a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 4 m e a desramação deve ser de 50 % da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;
- b) No estrato arbustivo e subarbustivo, o fto volume total não pode exceder 2000 m³/ha, devendo simultaneamente serem cumpridas as seguintes condições:
- b1) Deve ser garantida a descontinuidade horizontal dos combustíveis entre a infraestrutura e o limite externo da faixa de gestão de combustíveis;
 - b2) A altura máxima da vegetação é a constante do quadro n.º 1 presente no diploma, variando em função da percentagem de cobertura do solo.
- c) Os estratos arbóreos, arbustivo e subarbustivos remanescentes devem ser organizados espacialmente de forma a evitar a continuidade vertical dos diferentes estratos combustíveis.
- d) No caso de infraestruturas da rede viária às quais se associem alinhamentos arbóreos com especial valor patrimonial ou paisagístico, deve ser garantida a preservação do arvoredado a aplicação do disposto nos números anteriores numa faixa correspondente à projeção vertical dos limites das suas copas acrescida de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada um lado.
- e) No caso de faixas de gestão de combustível que abranjam arvoredado classificado de interesse público, zonas de proteção a edifícios e monumentos nacionais ou manchas de arvoredado com especial valor patrimonial ou paisagístico, tal como identificado em instrumento de gestão florestal, pode a comissão municipal de defesa da floresta aprovar critérios específicos de gestão de combustíveis.
- e1) Critérios suplementares para as faixas envolventes a edificações — nas faixas de gestão de combustíveis envolventes às edificações (habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas e outros equipamentos sociais e de serviços), para além do disposto no ponto A) deste anexo, devem ainda ser cumpridos, cumulativamente, os seguintes critérios:
 - e2 — As copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 m da edificação, evitando —se ainda a sua projeção sobre a cobertura do edifício.
 - e3 — Excecionalmente, no caso de arvoredado de especial valor patrimonial ou paisagístico pode admitir —se uma distância inferior a 5 m, desde que seja reforçada a descontinuidade horizontal e vertical de combustíveis e garantida a ausência de acumulação de combustíveis na cobertura do edifício.
 - e4 — Sempre que possível, deverá ser criada uma faixa pavimentada de 1 m a 2 m de largura, circundando todo o edifício.

e5 — Não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis.

TABELA 3 - FAIXAS E MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL EXISTENTES NO PERÍODO (2014-2018)

Código e descrição da faixa/mosaico	Área Total (ha)				
	2014	2015	2016	2017	2018
1 – Edificações integradas em espaços rurais	947	947	947	947	947
2 – Aglomerados populacionais	3260	3260	3260	3260	3260
3 – Parques e polígonos industriais	311	311	311	311	311
4 – Rede viária florestal	2034	2034	2034	2034	2034
5 – Rede ferroviária	50	50	50	50	50
6 – Rede transporte de gás	0	74	0	0	0
7 – Linhas elétricas em muito alta tensão	221	0	8	0	0
8 – Rede primária de faixas de gestão de combustível	1233	1233	1233	1233	1233
10 - Linhas elétricas em média tensão	15	27	107	61	0
13 – Linhas elétricas em alta tensão	57	63	0	40	0

4.1.2.3. REDE VIÁRIA FLORESTAL

TABELA 4 - REDE VIÁRIA FLORESTAL TOTAL PARA O PERÍODO (2014-2018)

RVF(km)	2014 – 2018
1ª Ordem	185,5
2ª Ordem	280
Complementar	1154

TABELA 5 - INTERVENÇÃO NA REDE VIÁRIA FLORESTAL PARA O PERÍODO (2014-2018)

RVF(km)	Intervenção				
	2014	2015	2016	2017	2018
1ª Ordem	0	0	0	0	0
2ª Ordem	18	0	0	0	0
Complementar	9	4	4	5	5

4.1.2.4. REDE DE PONTOS DE ÁGUA

TABELA 6 - INTERVENÇÃO NA REDE DE PONTOS DE ÁGUA PARA O PERÍODO (2014-2018)

Identificação PA	Tipo PA	Volume (m3)	Classe	Ano intervenção
1 - Vale dos Solteiros	Albufeira de barragem		Misto	-
2 - Vale do Penedinho	Reservatório DFCI		Terrestre	2014
3 - Vale do Rabaçal	Reservatório DFCI	61	Terrestre	2014
4 - Alqueidão	Albufeira de barragem		Misto	-
5 - Vale de Tábua	Reservatório DFCI	132	Terrestre	2014
6 - Sobral Basto	Reservatório DFCI	120	Terrestre	2014
7 - Carregal - Souto	Reservatório DFCI	132	Terrestre	2014
8 - Carreira do Mato	Reservatório DFCI	132	Terrestre	2014
9 - Quatro Caminhos	Reservatório DFCI	132	Terrestre	2014
10 - Vilela 1	Reservatório DFCI	132	Terrestre	2014
11 - Casinhas	Reservatório DFCI	150	Terrestre	2014
12 - Barragem do Castelo de Bode	Albufeira de barragem		Misto	-
13 - Lagoa	Reservatório DFCI	132	Terrestre	2014
14 - Vilela 3	Charca		Terrestre	-
15 - Vilela 2	Charca		Terrestre	-
16 - Quinta da Léguas - Amoreira	Charca		Terrestre	-
17 - Quinta do Vale de Zebro 1	Charca		Misto	-
18 - Quinta do Vale de Zebro 2	Charca	15000	Misto	-
19 - Vale da Trave (tanque)	Reservatório DFCI	132	Terrestre	2014
20 - Sentieiras	Reservatório DFCI		Terrestre	2014
21 - Quinta das Sentieiras	Charca		Misto	-
22 - Gataria	Charca		Terrestre	-
23 - Projeto Homem	Charca		Terrestre	-
24 - Vale Grande	Charca		Terrestre	-
25 - Estaca de Cima	Charca		Misto	-
26 - Vale Trilho	Albufeira de açude		Misto	-
27 - Outeiro Pelado	Charca		Terrestre	-
28 - Quinta do Pouchão	Charca		Misto	-
29 - Celões	Charca		Terrestre	-
30 - Quinta da Viscondessa	Charca		Misto	-
31 - Parque Urbano de São Lourenço	Charca		Terrestre	-
32 - Açude Insuflável - Tejo 1	Albufeira de açude		Misto	-
33 - Aquapolis Norte	Albufeira de açude		Misto	-
34 - Entre Serras - Quinta	Charca		Misto	-
35 - Escola Profissional de Agricultura de Abrantes	Charca	126	Misto	-
36 - Fonte dos Amores	Reservatório DFCI	150	Terrestre	-
37 - Barragem do Negrelinho	Albufeira de barragem		-	-
38 - Portela das Eiras	Charca		Terrestre	-

39 - Nossa Srª dos Matos	Charca		Terrestre	-
40 - Cova do Madeiro	Charca		Terrestre	-
41 - Barragem da Coelheira 2	Charca	50000	Terrestre	-
42 - Barragem da Coelheira 1	Charca		Misto	-
43 - Relvinha Verde	Tanque de rega		Terrestre	-
44 - Fábrica da Cerâmica	Charca		Misto	-
45 - Crucifixo	Charca		Misto	-
46 - Atalaia	Charca		Terrestre	-
47 - Concelhos 1	Charca		Terrestre	-
48 - Concelhos 2	Charca		Terrestre	-
49 - Barrocas	Tanque de rega		Terrestre	-
50 - Caniceira 2	Charca		Terrestre	-
51 - Açude Insuflável - Tejo 2	Albufeira de açude		Misto	-
52 - Aquapolis Sul	Albufeira de açude		Misto	-
53 - Maria da Lança	Tanque de rega		Terrestre	-
54 - S. Macário	Tanque de rega	300	Terrestre	-
55 - Vale das Donas	Tanque de rega		Terrestre	-
56 - Cruz do Gaio 1	Charca		Misto	-
57 - Cruz do Gaio 2	Charca		Terrestre	-
58 - Arreciadas	Tanque de rega		Terrestre	-
59 - Salvadorinho	Charca		Terrestre	-
60 - Vale de Cortiços 2	Charca		Terrestre	-
61 - Vale de Cortiços 1	Charca		Misto	-
62 - Caniceira 1	Charca		Terrestre	-
63 - Quinta do Vale do Feto	Charca		Terrestre	-
64 - Vale dos Peixes 3	Charca		Terrestre	-
65 - Vale dos Peixes 2	Charca		Misto	-
66 - Vale dos Peixes 1	Charca		Misto	-
67 - Barreiros	Charca		Terrestre	-
68 - Negrinhos	Charca		Terrestre	-
69 - Monte dos Negrinhos de Cima 3	Charca		Terrestre	-
70 - Casal do António 2	Charca		Terrestre	-
71 - Casal do António 1	Charca		Terrestre	-
72 - Casal do António 3	Charca		Terrestre	-
73 - Casal do António 4	Charca		Terrestre	-
74 - Monte dos Negrinhos de Cima 2	Charca		Terrestre	-
75 - Monte dos Negrinhos de Cima 1	Charca		Terrestre	-
76 - Monte da Ameixieira	Charca		Misto	-
77 - Casal Cortido 1	Charca		Misto	-
78 - Casal Cortido 2	Charca		Terrestre	-
79 - Concavada	Charca		Terrestre	-
80 - Matafome - Concavada	Charca		Terrestre	-
81 - Alvega - Ortiga	Rio		Misto	-



82 - Casal da Coelhoira de Cima	Charca		Misto	-
83 - Areia de Cima	Charca		Terrestre	-
84 - Vale das Cevadas	Charca		Terrestre	-
85 - Ribeira do Carregal 1	Charca		Terrestre	-
86 - Ribeira do Carregal 2	Charca		Terrestre	-
87 - Ribeira do Carregal 3	Charca		Terrestre	-
88 - Carregal	Charca		Terrestre	-
89 - Carregal Cimeiro	Charca		Misto	-
90 - Carregal Cimeiro 2	Charca		Terrestre	-
91 - Carregal Cimeiro 1	Charca		Terrestre	-
92 - Foros do Carregal	Charca		Terrestre	-
93 - Vale do Monte	Charca		Terrestre	-
94 - Camelo do Meio	Charca		Terrestre	-
95 - Camelo de Cima	Charca		Terrestre	-
96 - Monte da Várzea do Linho	Charca		Terrestre	-
97 - Ribeira das Lameiras	Charca		Terrestre	-
98 - São Facundo 2	Charca		Terrestre	-
99 - São Facundo 1	Charca		Misto	-
100 - Favaqueira (São Facundo)	Charca		Misto	-
101 - Vale da Mua 4	Charca		Terrestre	-
102 - Vale da Mua 5	Charca		Terrestre	-
103 - Vale da Mua 2	Charca		Terrestre	-
104 - Vale da Mua 1	Charca		Misto	-
105 - Casal dos Migueis	Charca		Misto	-
106 - Cruz das Cabeças	Charca		Terrestre	-
107 - Herdade de Vale de Água	Charca		Terrestre	-
108 - Vale da Mua 3	Charca		Terrestre	-
109 - Vale das Mós	Charca		Terrestre	-
110 - Courela (Barragem)	Charca		Terrestre	-
111 - Courela (Tanque)	Tanque de rega		Terrestre	-
112 - Casal da Bica (Vale das Mós)	Charca		Terrestre	-
113 - Carvalhal (Vale das Mós)	Charca		Terrestre	-
114 - Ramalhais	Charca		Terrestre	-
115 - Vale da Fonte	Charca		Terrestre	-
116 - Vale de Salgueira	Charca		Misto	-
117 - Herdade do Telhado	Charca		Terrestre	-
118 - Caldeiro	Charca		Misto	-
119 - Vale de Açor	Charca		Terrestre	-
120 - Casal do Pereiro	Charca		Terrestre	-
121 - Vale das Casas 1	Charca		Terrestre	-
122 - Valeira	Charca		Misto	-
123 - Chamine 2	Charca		Misto	-
124 - Lagoa de Baixo	Charca		Misto	-
125 - Monte Novo	Charca		Terrestre	-
126 - Chamine 1	Charca		Terrestre	-

127 - Arrancada de Cima	Charca		Terrestre	-
128 - Vale das Casas 2	Charca		Misto	-
129 - Balancho	Charca		Terrestre	-
130 - Brunheirinho	Charca		Terrestre	-
131 - Vale do Brunheirinho	Charca		Terrestre	-
132 - Padrão	Charca		Terrestre	-
133 - Água Branca de Baixo	Charca		Terrestre	-
134 - Barragem da Água Branca	Charca		Terrestre	-
135 - Água Branca de Cima	Charca		Terrestre	-
136 - Campanha	Charca		Terrestre	-
137 - Copeiro 3	Charca		Terrestre	-
138 - Copeiro 1	Charca		Terrestre	-
139 - Copeiro 2	Charca		Terrestre	-
140 - Tojeiras	Charca		Misto	-
141 - Tojeiras de Cima	Charca		Misto	-
142 - Água Travessa 1	Charca		Misto	-
143 - Abegoaria de Cima	Charca		Terrestre	-
144 - Água Travessa 5	Charca		Misto	-
145 - Água Travessa 3	Charca		Misto	-
146 - Água Travessa 2	Charca		Misto	-
147 - Água Travessa 4	Charca		Misto	-
148 - Herdade da Ameixeira	Charca		Misto	-
149 - Sanguinheira 6	Charca		Misto	-
150 - Sanguinheira 5	Charca		Terrestre	-
151 - Sanguinheira 1	Charca		Terrestre	-
152 - Sanguinheira 2	Charca		Misto	-
153 - Sanguinheira 3	Charca		Misto	-
154 - Sanguinheira 4	Charca		Terrestre	-
155 - Ameixeira 3	Charca		Terrestre	-
156 - Ameixeira 2	Charca		Misto	-
157 - Ameixeira 1	Charca		Misto	-

4.1.2.5 METAS E INDICADORES

Neste ponto são definidas algumas metas importantes para atingir os objetivos propostos neste eixo, contudo as mesmas só poderão ser atingidas caso existam apoios financeiros para o efeito.

TABELA 7 - METAS E INDICADORES DAS FAIXAS E MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS

Descrição da FGC e MPGC	Meta	Indicadores mensuráveis (ha)				
		2014	2015	2016	2017	2018
1 – Edificações integradas em espaços rurais	Gestão de Combustível	0	0	0	0	0
2 – Aglomerados populacionais		634	0	716	0	0
3 – Parques e polígonos industriais		276	111	142	108	186
4 – Rede viária florestal		276	182	211	191	191
5 – Rede ferroviária		50	50	50	50	50
6 – Rede transporte de gás		0	74	0	0	0
7 – Linhas elétricas em muito alta tensão		221	0	8	0	0
8 – Rede primária de faixas de gestão de combustível		1233	1194	1233	1181	1181
10 - Linhas elétricas em média tensão		15	27	107	61	0
13 – Linhas elétricas em alta tensão		57	63	0	40	0

TABELA 8 - METAS E INDICADORES DA REDE VIÁRIA

Rede defesa da floresta contra incêndios	Meta	Indicadores mensuráveis (Km)				
		2014	2015	2016	2017	2018
1ª ordem	Manutenção e beneficiação	0	0	0	0	0
2ª Ordem		18	0	0	0	0
Rede Complementar		9	4	4	5	5

TABELA 9 - METAS E INDICADORES DOS PONTOS DE ÁGUA

Classe de pontos de água	Meta	Indicadores mensuráveis (Unidades)				
		2014	2015	2016	2017	2018
Misto	Manutenção e beneficiação	0	0	0	0	0
Terrestre		12	0	0	0	0

4.1.2.6 ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS

No que respeita ao orçamento os valores propostos são apenas indicativos e estimados.

TABELA 10 - ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS PARA A EXECUÇÃO DAS FAIXAS E MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS

Descrição da FGC e MPGC	Responsáveis	Estimativa de Orçamento €				
		2014	2015	2016	2017	2018
1 – Edificações integradas em espaços rurais	Proprietários	0	0	0	0	0
2 – Aglomerados populacionais	Proprietários/CMA	300.000	0	350.000	0	0
3 – Parques e polígonos industriais	Proprietários	0	7.500	7.500	7.500	7.500
4 – Rede viária florestal	Município	30.800	46.000	46.000	46.000	46.000
5 – Rede ferroviária	REFER	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500
6 – Rede transporte de gás	Trasgas	0	10.000	0	0	0
7 – Linhas elétricas em muito alta tensão	REN	25.000	0	904	0	0
8 – Rede primária de faixas de gestão de combustível	Proprietários	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000
10 - Linhas elétricas em média tensão	EDP	17.800	15.000	15.000	15.000	0
13 – Linhas elétricas em alta tensão	EDP	20.000	30.000	0	15.000	0
Total		496.100	211.000	521.904	186.000	156.000

TABELA 11 - ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS PARA A REDE VIÁRIA

Rede defesa da floresta contra incêndios	Responsáveis	Estimativa de Orçamento €				
		2014	2015	2016	2017	2018
1ª ordem		0	0	0	0	0
2ª Ordem		25.000	0	0	0	0
Rede Complementar	Município/Juntas Freguesia	12.500	10.000	10.000	11.000	11.000
Total		37.500	10.000	10.000	11.000	11.000

TABELA 12 - ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS PARA A REDE DE PONTOS DE ÁGUA

Classe de pontos de água	Responsáveis	Estimativa de Orçamento €				
		2014	2015	2016	2017	2018
Misto	Município	0	0	0	0	0
Terrestre	Município	21.980	0	0	0	0
Total		21.980	0	0	0	0

TABELA 13 - ESTIMATIVA TOTAL DE ORÇAMENTO - 1º EIXO-AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS PARA O PERÍODO (2014-2018)

Descrição	Estimativa de Orçamento €				
	2014	2015	2016	2017	2018
FGC e MPGC	496.100	211.000	521.904	186.000	156.000
Rede viária	37.500	10.000	10.000	11.000	11.000
Pontos de água	21.980	0	0	0	0
Total	555.580	221.000	531.904	197.000	167.000

4.2. - 2º EIXO ESTRATÉGICO – REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS

Neste eixo considera-se que o objetivo estratégico é educar e sensibilizar as populações e melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações. Os objetivos operacionais passam por sensibilizar os vários segmentos populacionais analisados através da implementação de campanhas adequadas e fiscalizar metodicamente áreas prioritárias consideradas mais críticas, considerando a identificação das principais causas e motivações de incêndio.

O elevado número de ocorrências leva à necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção. A prevenção deve ser entendida como o conjunto das atividades que têm por objetivo reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar. Atua em duas vertentes, o controlo das ignições e o controlo da propagação. O objetivo do controlo das ignições consiste em evitar que se dê início a um incêndio. Uma vez que a maioria dos incêndios são causados por atividade humana, é sobre a alteração dos comportamentos humanos relativos ao uso do fogo que se deverá atuar.

Para definir as metas para as ações que consubstanciam este eixo teve-se em conta a informação base relativa à caracterização da população e análise do histórico e casualidade e a cartografia do risco de incêndios.

Objetivos estratégico

- Sensibilização e educação das populações
- Melhoraria do conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações.

Objetivos operacionais

- Sensibilização da população,
- Sensibilização e educação escolar,
- Fiscalização

Ações

- Desenvolvimento de programas de sensibilização ao nível local, dirigidos a grupos alvo em função dos comportamentos de risco identificados na fase de avaliação
- Desenvolvimento de programas de sensibilização e educação escolar
- Definição de áreas prioritárias de fiscalização, tendo em consideração a identificação dos principais comportamentos de risco, o valor dos espaços florestais e a suscetibilidade à ignição.

4.2.1. AVALIAÇÃO

4.2.1.1. IDENTIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTOS DE RISCO ASSOCIADOS AOS PONTOS DE INICIO E DOS GRUPOS QUE LHE ESTÃO NA ORIGEM

A tabela 14 apresenta, os comportamentos de risco e os seus impactos e danos para o concelho de Abrantes, estes dados têm como alicerce as ocorrências do ano 2013/2014, contudo, devido ao grande número de ocorrências com causas indeterminadas as ações de sensibilização a realizar serão abordados como outros comportamentos de risco tais como: fumigação, lançamento de beatas, deposição de lixo, renovação de pastagens, utilização de maquinas agrícolas e florestais, etc.

TABELA 14 - COMPORTAMENTOS DE RISCO — DIAGNÓSTICO

Código	Diagnóstico - resumo							
Grupo-Alvo	Comportamento de Risco				Impactos e danos			
	O quê?	Como?	Onde (freguesia/local)?	Quando?	N.º ocorrências	Área ardida (ha)	Danos	Custos
Público em geral	Realização de queimas de sobrantes	Sem licenciamento da CM e sem presença de técnico credenciado	Diversas freguesias	Período Crítico	Diversas	Diversas	Pinheiros e matos	Não foi possível quantificar
Público em geral	Vandalismo	Aparecimento de pequenos focos incêndio	Diversas freguesias	Período Crítico	Diversas	Diversas	Matos e restolho	Não foi possível quantificar
Distribuidores de energia	Linhas com proximidade de árvores	Árvores em contacto com as linhas	Concavada e diversas	Período Crítico	Diversas	Diversas	Pinheiros e Matos	Não foi possível quantificar
Empresas de exploração florestal	Utilização de maquinaria e equipamento florestal	Ignições com origem no atrito de partes metálicas com pedras	U. F. Alvega e Concavada e U. F. Abrantes e Alferrarede	Período Crítico	Diversas		Olival e restolho e maquinas florestais	Não foi possível quantificar

4.2.1.2. IDENTIFICAÇÃO DAS SITUAÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO PASSIVEIS DE FISCALIZAÇÃO NA ÁREA DA DFCI

TABELA 15 - INVENTARIAÇÃO DE AUTOS E PROCESSOS INSTRUÍDOS

	Gestão de combustível	Queima de sobran
N.º de autos levantados	20	1
% de processos instruídos	Sem dados	Sem dados

FONTE: GNR, DADOS REFERENTES A 2013

4.2.2. PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 2º EIXO

4.2.2.1. SENSIBILIZAÇÃO

TABELA 16 - PROPOSTA DAS AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO

Ação 1 - Prevenção Incêndios e Uso correto do fogo
DETALHE DA AÇÃO ○ Edição de aviso informativo sobre responsabilidades individuais ao nível da prevenção de incêndios; ○ Edição de aviso informativo sobre uso correto do fogo; ○ Continuação da distribuição de material das campanhas nacionais de sensibilização (ICNF, ANPC, GNR, etc.); ○ Realização de sessões de esclarecimento e sensibilização em todas as freguesias ao público em geral; ○ Disponibilização na página da internet do Município no link no menu do Serviço Municipal de Proteção Civil do PMDFCI, do POM e difusão de conteúdos de risco de incêndio, informação estatística, legislação florestal, material de divulgação e sensibilização, programas, projetos e contactos. ○ Avisos no Boletim Informativo Municipal de toda a informação referida nos pontos anteriores.
PÚBLICO ALVO ○ Público em geral, com especial enfoque nos agricultores e proprietários florestais.
EXECUÇÃO POR A CMDF coordena a ação e poderá ser efetuada pelos seus membros com apoio do Serviço Municipal de Proteção Civil.
Ação 2 – Comunidade Escolar do Concelho

DETALHE DA AÇÃO ○ Realização de sessões de sensibilização nas escolas do ensino básico com a presença de todos os agentes CMDF; ○ Distribuição de material de diversas campanhas nacionais de sensibilização (ICNF, ANPC, GNR, etc.).
PÚBLICO ALVO ○ Comunidade Escolar do concelho
EXECUÇÃO POR A CMDF coordena a ação e poderá ser efetuada pelos seus membros com apoio do Serviço Municipal de Proteção Civil.
Ação 3 – Comemoração dos dias relacionados com a floresta, arvore e ambiente
DETALHE DA AÇÃO ○ atividades lúdicas de sensibilização ambiental e prevenção incêndios.
PÚBLICO ALVO ○ Comunidade Escolar do Concelho
EXECUÇÃO POR A CMDF coordena a ação e poderá ser efetuada pelos seus membros com apoio do Serviço Municipal de Proteção Civil.

O plano de sensibilização assenta em três vetores de atuação:

1. **Sensibilização do público generalista** (vocacionado para a população urbana) - As principais atividades que constituem risco de incêndio estão relacionadas com a deposição de lixo no interior das manchas florestais; com a queima de lixos em zonas de interface urbano florestal; e com o lançamento de cigarros para a berma da rede viária.
2. **Sensibilização de grupos específicos da população** (vocacionado para a população rural) - As principais atividades que constituem risco de incêndio estão relacionadas com o uso incorreto do fogo e utilização de maquinaria e equipamento.
3. **Sensibilização da população escolar** - A médio/longo prazo a solução para o problema das ocorrências passará principalmente por educar, sensibilizar e informar a população escolar sobre a importância da floresta, sobre a problemática dos incêndios e a promoção do uso correto do fogo e dos equipamentos.

Qualquer ação de sensibilização desenvolvida ao nível do concelho, deve respeitar as ideias - chave do ICNF para assim haver uma uniformização da ideia a transmitir.

Qualquer ação de sensibilização que se desenvolva deverá estar apoiada num diagnóstico, pois só conhecendo a população do concelho, os seus hábitos e comportamentos é que será possível adequar a mensagem a transmitir.

Tendo em conta o diagnóstico efetuado são definidas as ações a desenvolver para tentar a resolução de cada um dos problemas diagnosticados, assim como as metas que se pretendem atingir no prazo de vigência deste plano.

Ainda no âmbito da sensibilização pretende-se realizar campanhas anuais dirigidas à população escolar com o objetivo de transmitir aos mais jovens a importância da floresta.

4.2.2.2. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização deve incidir sobre toda a área florestal, mas a sua intensificação deverá ser implementada nas freguesias onde se tem verificado um maior número de ocorrências nos últimos anos: Pego, Alvega e Concavada, Rio de Moinhos e Abrantes e Alferrarede (figura 14).

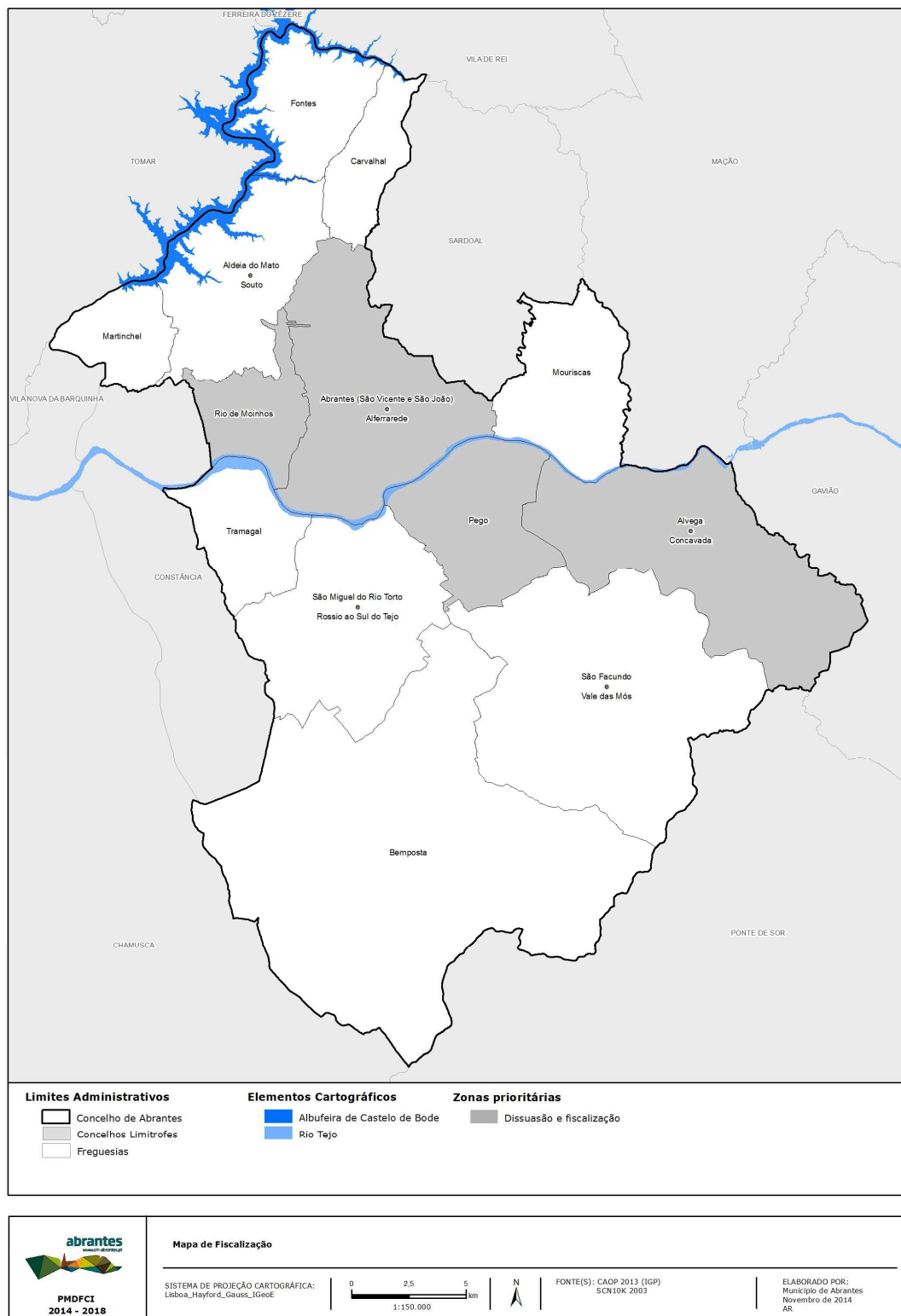
4.2.2.3. METAS E INDICADORES

As metas definidas são importantes para atingir os objetivos propostos neste eixo, contudo as mesmas só poderão ser atingidas caso haja apoios financeiros para o efeito.

TABELA 17 - METAS E INDICADORES DAS AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO PREVISTAS

Metas e Indicadores	2014	2015	2016	2017	2018
Realização de ações de sensibilização nas zonas críticas, com edição de avisos e editais e informações no site da CMA	2	6	6	2	2
Divulgação de medidas de utilização da maquinaria agrícola e florestal no período crítico, com edição de avisos e editais e informações no site da CMA	1	6	6	6	6
Limpeza de terrenos abandonados	1	4	4	4	4
Sensibilização para a proteção da floresta	3	3	3	3	3
Descobrir o ambiente	2	2	2	2	2

FIGURA 14 – FISCALIZAÇÃO



4.3. - 3º EIXO ESTRATÉGICO - MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DE INCÊNDIOS

Neste capítulo define-se a organização e a gestão de um dispositivo de mobilização preventiva de meios, tendo em conta a disponibilidade dos recursos de forma a garantir a deteção e extinção rápida dos incêndios, antes que assumam grandes proporções.

É elaborada uma definição prévia das formas de atuação e comunicação e o levantamento das responsabilidades e competências das várias forças e entidades presentes, o que deverá contribuir para uma melhor e mais eficaz resposta aos incêndios florestais.

Prevê-se a articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de primeira intervenção, sendo ainda necessário atender ao reforço da sua capacidade e também ao reforço do ataque ampliado, quando necessário, e à melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós incêndio.

Para definir as metas e os indicadores para as ações que consubstanciam este eixo estratégico de ação teve-se em conta a informação base relativa à caracterização climática e análise do histórico e casualidade dos incêndios (Caderno I) e informação relativa à rede regional de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI) (Caderno II).

Objetivo estratégico

- Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1.ª intervenção.
- Adequação da capacidade de 1.ª intervenção.
- Melhorar a eficácia e vigilância pós-incêndio.

Objetivo operacionais

- Estruturação e gestão da vigilância e deteção como um sistema integrado.
- Estruturação do nível municipal de 1.ª intervenção
- Garantia da correta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância pós- incêndio
- Integração e melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão

Ações

- Execução da inventariação dos meios e recursos existentes.
- Definição de sectores territoriais DFCI e locais estratégicos de estacionamento (LEE) para as ações de vigilância e deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio
- Identificação e/ou definição dos sistemas de vigilância e deteção
- Identificação dos elementos do território relevantes para apoio à decisão.

4.3.1. AVALIAÇÃO

4.3.1.1. VIGILÂNCIA E DETEÇÃO

Na figura 15 apresentam-se as bacias de visibilidade associadas aos postos de vigia. A localização dos Locais Estratégicos de Estacionamento foi efetuada de acordo com as bacias de visibilidade e com o tempo de deslocação a todos os espaços florestais, permitindo uma 1.ª intervenção eficaz.

TABELA 19 - NÚMERO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS E EQUIPAS DE VIGILÂNCIA E DETEÇÃO (2012-2014)

			2012		2013		2014	
			Nº Equipas	Nº Incêndios	Nº Equipas	Nº Incêndios	Nº Equipas	Nº Incêndios
Fases de Perigo	Alfa	1 jan-14 mai	1	43	1	4	1	7
	Bravo	15 mai-14 jun	2	6	2	4	2	3
		15 jun-30 jun	3	8	3	9	3	4
	Charlie	1 jul-30 set	3	85	3	53	3	37
	Delta	1 out-15 out	2	1	2	1	1	0
		16 out-30 out	1	1	1	1	1	1
	Echo	1 nov-31 dez	1	0	1	6	1	0
	*As equipas de sapadores só efetuam vigilância e deteção quando estão em alerta amarelo ou superior e por indicação do ICNF/ CDOS, pelo que não estão aqui incluídas							

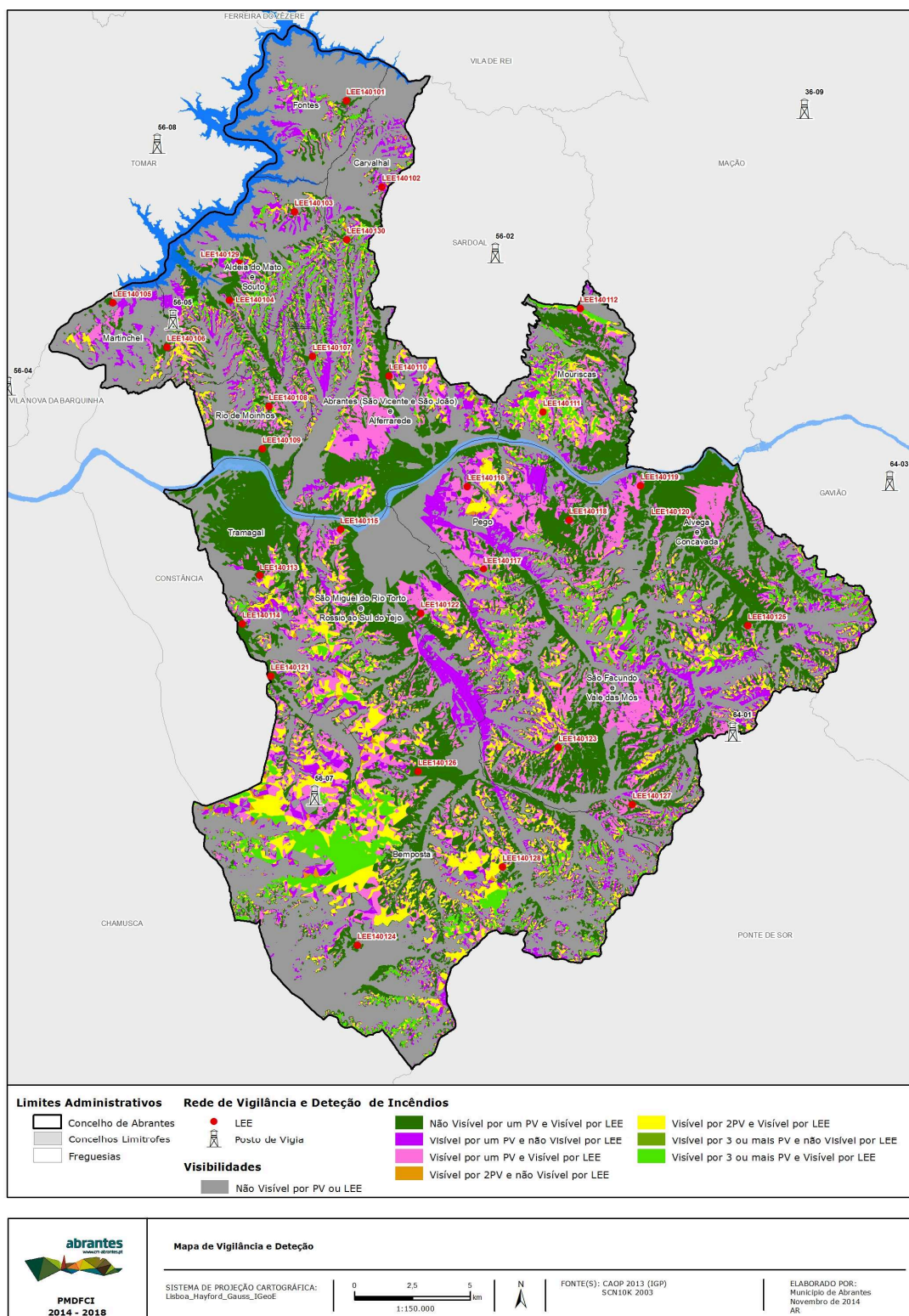
FONTE: ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ABRANTES

Na tabela 19 podemos observar a relação entre os incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e deteção no concelho de Abrantes, para os anos de 2012 a 2014.

Verificamos que na **fase Charlie** se justifica uma atenção aumentada porque sem dúvida alguma o maior número de ignições ocorre na época mais seca e quente do ano.



FIGURA 15 – VIGILÂNCIA E DETEÇÃO



4.3.1.2 1ª INTERVENÇÃO

A figura 16 representa o potencial tempo de chegada para a 1.ª intervenção, desde que é dado o alerta até a chegada da 1.ª viatura ao teatro de operações.

Fonte de dados: Cartografia de Risco de Incêndio Florestal - Relatório do Distrito de Santarém - 2008

Os tempos de percurso foram determinados, tendo como base a rede viária da carta 1:500 000 do Instituto Geográfico do Exército, com a atribuição das seguintes velocidades médias de percurso:

-Autoestradas com 120km/h;

-Vias Rápidas com 100km/h;

-Estradas Nacionais e Regionais com 70Km/h.

No entanto, estes valores de percurso não contabilizam os tempos gastos na passagem das povoações, nem o tempo gasto nas corporações de bombeiros antes da saída, pelo que os tempos reais entre o aviso de deflagração de incêndio e a chegada da corporação de bombeiros ao local deverão ser, ainda, mais elevados.

A análise realizada permite a visualização das zonas mais desprotegidas, do ponto de vista da rapidez de resposta das corporações, para as mesmas condições-base (ou seja, considerando-se os mesmos tempos de preparação da resposta, saída do quartel, entre outros), bem como possibilita a identificação de zonas onde, pelo seu elevado risco de incêndio florestal, poderão, eventualmente, ser estacionadas brigadas móveis de primeira intervenção.

O valor temporal tido em conta como patamar de risco nesta análise foi o de 15 minutos entre o aquartelamento e as possíveis áreas de incêndio.

No mapa podem ver-se os tempos de percurso a partir da sede do corpo de bombeiros. A zona norte da freguesia de Fontes encontra-se a uma distância superior a 20 minutos, bem como área mais a Sul do concelho, tratando-se assim de uma área mais desprotegida logo com mais preocupações de defesa.

FIGURA 16 – 1ª INTERVENÇÃO

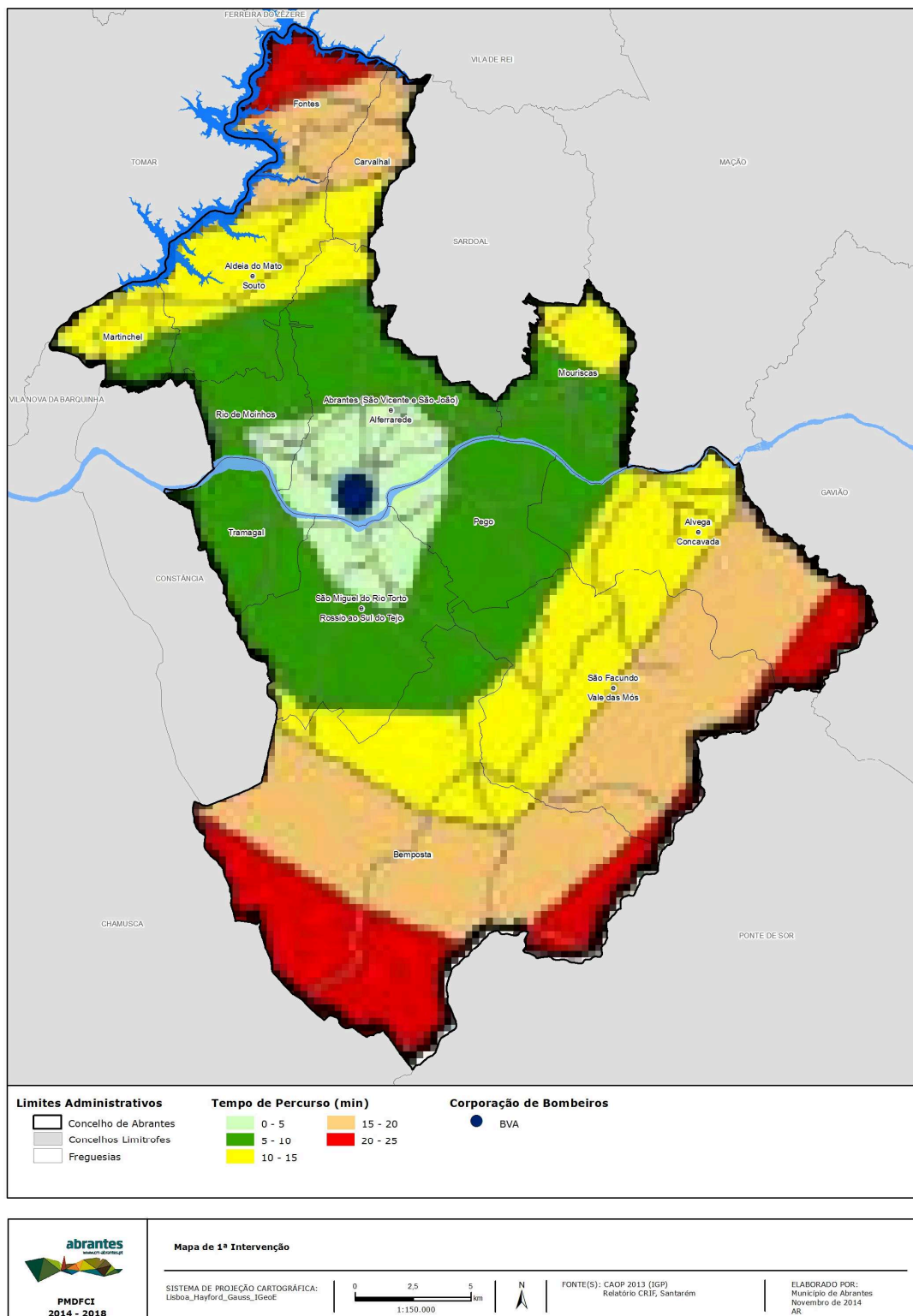


TABELA 20 - NÚMERO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS, NÚMERO DE EQUIPAS E NÚMERO DE ELEMENTOS DE 1.ª INTERVENÇÃO (2012-2014)

			2012			2013			2014		
			Nº Equipas	Nº Elementos	Nº Incêndios	Nº Equipas	Nº Elementos	Nº Incêndios	Nº Equipas	Nº Elementos	Nº Incêndios
Fases de Perigo	Alfa	1 jan-14 mai	1	5	43	1	5	4	1	5	7
	Bravo	15 mai-14 jun	2	7	6	2	7	4	2	7	3
		15 jun-30 jun	3	12	8	3	12	9	3	12	4
	Charlie	1 jul-30 set	3	12	85	3	12	53	3	12	37
	Delta	1 out-15 out	2	7	1	2	7	1	1	5	0
		16 out-30 out	1	5	1	1	5	1	1	5	1
	Echo	1 nov-31 dez	1	5	0	1	5	6	1	5	0

FONTE: ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ABRANTES

4.3.1.3. RESCALDO E VIGILÂNCIA PÓS INCÊNDIO

TABELA 21 - NÚMERO DE REACENDIMENTOS 2001-2013

	Nº Ocorrências	Nº Reacendimentos
2001	152	14
2002	70	7
2003	72	13
2004	68	20
2005	75	8
2006	33	0
2007	36	0
2008	33	0
2009	37	0
2010	27	0
2011	37	1
2012	44	0
2013	29	0

FONTE: ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ABRANTES

4.3.2. PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 3º EIXO

4.3.2.1. METAS E INDICADORES

TABELA 22 - METAS E INDICADORES DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA, DETEÇÃO, 1.ª INTERVENÇÃO, COMBATE, RESCALDO E VIGILÂNCIA PÓS-INCÊNDIO PREVISTAS

Ação	Metas	Responsáveis	Unidades	Indicadores				
				2014	2015	2016	2017	2018
Vigilância e deteção	% de deteções pelos postos de vigia	GNR	%	75	75	75	75	75
	% de deteções pelas equipas de DFCI	GNR, Município, juntas de freguesia e a AAACSM	%	20	20	20	20	20
Primeira intervenção	Formação de equipas DFCI na fase Charlie e parte das fases Bravo e Delta	Município e AHBVA	Tempo para a 1.ª intervenção	<10m em 95% das ocorrências nos sectores adstritos	<10m em 95% das ocorrências nos sectores adstritos	<10m em 95% das ocorrências nos sectores adstritos	<10m em 95% das ocorrências nos sectores adstritos	<10m em 95% das ocorrências nos sectores adstritos
	Protocolar com as juntas de freguesia que possuem Kit a constituição das equipas DFCI	Município e juntas de freguesia						
	Protocolar com a AAACSM 1 equipa DFCI	Município e a AAACSM						
Combate	Manutenção de viaturas de combate a incêndios e equipamento de combate	AHBVA	Área ardida	<10 ha	<10 ha	<10 ha	<10 ha	<10 ha
Rescaldo e vigilância pós-incêndio	Manutenção de viaturas de combate a incêndios e equipamento de combate	AHBVA	Nº de reacendimentos	0,3 % das ocorrências	0,3 % das ocorrências	0,3 % das ocorrências	0,3 % das ocorrências	0,3 % das ocorrências
	% de deteções de reacendimentos pelos postos de vigia	GNR	%	90	90	90	90	90
	% de deteções de reacendimentos pelas equipas DFCI	Equipas de DFCI	%	10	10	10	10	10

4.3.2.2. ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS

TABELA 23 - ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA, DETEÇÃO, 1.ª INTERVENÇÃO, COMBATE, RESCALDO E VIGILÂNCIA PÓS-INCÊNDIO PREVISTAS

Ação	Metas e Responsáveis	Orçamento €				
		2014	2015	2016	2017	2018
Vigilância e Detecção 1ª Intervenção Combate, Rescaldo, e Vigilância pós incêndio	Coordenação(Camara Municipal)	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500
	Protocolo com a AHBVA (Camara Municipal)	650.000	650.000	650.000	650.000	650.000
	Equipas da Juntas de Freguesia	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500
	Equipas da AAACSM	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000
	GNR	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis
	Levantamento dos recursos (materiais e efetivos mobilizáveis) existentes nos Bombeiros voluntários de Abrantes, com vista à avaliação da sua capacidade operacional e do Município.	Englobado no protocolo referido	Englobado no protocolo referido	Englobado no protocolo referido	Englobado no protocolo referido	Englobado no protocolo referido
	Total	683.000	683.000	683.000	683.000	683.000

4.4. - 4º EIXO ESTRATÉGICO - RECUPERAR E REABILITAR OS ECOSISTEMAS

O objetivo estratégico deste eixo é o de recuperar e reabilitar os ecossistemas, os objetivos operacionais são a avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e a implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo.

A recuperação de áreas ardidas deverá ter em conta o aumento futuro da sua resiliência e deve desenvolver-se em dois tempos: o primeiro, relacionado com a proteção dos recursos e infraestruturas e o segundo de médio a longo prazo dirigido para a requalificação dos espaços florestais dentro dos princípios da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

A ação dos incêndios e agentes bióticos nocivos acelera a degradação ecológica e reduz o valor económico dos ecossistemas florestais. A ação destes agentes traduz-se nomeadamente na aceleração dos processos erosivos do solo, em alterações no regime hídrico e a redução da biodiversidade, tornando-se urgente a implementação de medidas que invertam a ação desses agentes.

A importância e a urgência da intervenção na recuperação de áreas ardidas têm sido reconhecidas como importantes devido à ação dos últimos incêndios de grande dimensão. As grandes zonas afetadas levaram a que surgissem iniciativas públicas e privadas das quais se destaca a criação do Conselho Nacional de Reflorestação e das respetivas Comissões Regionais.

A curto prazo, após a ocorrência, pretende-se realizar uma avaliação dos impactos causados pelos incêndios e a definição das estratégias de reabilitação a médio prazo. A médio e a longo prazo a recuperação das áreas ardidas com vista à implementação das orientações da Comissão Regional de Reflorestação, de molde a requalificar os espaços florestais a aumentar a resiliência ao fogo e a proteger as infraestruturas existentes.

Em resumo pode-se apontar que a avaliação das necessidades de intervenção de emergência e propostas de ações a realizar no curto e médio prazo, atendem designadamente:

- a) À conservação do solo e da água;
- b) À conservação de espécies e habitats;
- c) À recolha de arvoredo danificado (após a passagem de incêndios) que represente um risco para a segurança de pessoas e bens;
- d) À recolha de salvados e à proteção fitossanitária dos povoamentos florestais;
- e) À proteção da regeneração da vegetação e ao controlo das espécies invasoras;
- f) À proteção do património edificado e arqueológico.

Esquemáticamente:

Objetivo estratégico

- Recuperar e reabilitar os ecossistemas

Objetivo operacionais

- Avaliação e mitigação dos impactes causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto e médio prazo

Ações

- Identificação das necessidades potenciais de ações de emergência e de reabilitação para evitar a degradação de recursos e infraestruturas a curto e médio prazo
- Definição de tipologias de reabilitação a aplicar nas áreas identificadas na fase de avaliação, promovendo o controlo de erosão, proteção da rede hidrográfica, defesa das infra estruturas e das estações e habitats mais sensíveis.

4.4.1. AVALIAÇÃO

4.4.1.1. ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Não se realizaram ações de estabilização de emergência após os grandes incêndios de 2003, 2005 e 2007, quer por falta de iniciativa e conhecimentos dos proprietários, por falta de programas de incentivos.

Contudo, verificamos que houve uma excelente resposta do solo com base na sua capacidade de regeneração da vegetação.

Pelas razões apontadas não é possível elaborar mapa com essas áreas.

4.4.1.2 REABILITAÇÃO DE POVOAMENTOS E HABITATS

Tendo em conta a conservação de espécies e habitats florestais, a proteção da regeneração natural e controlo de espécies invasoras, atualmente no concelho esses locais não tem expressão significativa e a sua dimensão é tão reduzida que impossibilita a sua realização cartográfica.

4.4.2. PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 4º EIXO

4.4.2.1. ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Não é possível planejar ações de estabilização de emergência, contudo e dado o plano vigorar por 5 anos devemos considerar que o mesmo é dinâmico e que neste período poderá ser revisto para incluir medidas de conservação da água e do solo, intervenções a nível de conservação da rede viária florestal e nas infra estruturas hidráulicas, bem como indicar os seus responsáveis e participantes.

4.4.2.2. REABILITAÇÃO DE POVOAMENTOS E HABITATS FLORESTAIS

Tal como no item anterior não é possível planejar ações de reabilitação de povoamentos e habitats florestais.

4.5. - 5º EIXO ESTRATÉGICO - ADOÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ

Pretende-se com o descrito nos eixos estratégicos anteriores uma integração dos esforços dos múltiplos intervenientes e agentes envolvidos na defesa da floresta como objetivo de os concretizar.

É necessária uma forte componente de liderança, motivação e conhecimento para que de uma forma eficaz seja possível a concretização de um comando único, com uma coordenação e cooperação conjunta nos teatros de operações e nas ações de planeamento.

Com a implementação de uma estrutura funcional e eficaz, capaz de atingir os objetivos preconizados neste plano, poder se à contribuir entre outras para:

- Eliminar as deficientes ligações entre as funções de prevenção e as funções de proteção e socorro.
- Potenciar os recursos tanto humanos com a nível de equipamentos para uma adequada capacidade de intervenção na supressão de incidentes.

O nível distrital constitui-se como um patamar de comando operacional único, profissional e permanente, garantindo, entre outras, a coordenação de todas as operações de socorro e assistência no seu distrito com reflexo a nível nacional.

Objetivo estratégico

- Operacionalização da Comissão Municipal de Defesa da Floresta

Objetivo operacionais

- Fomento das operações de DFCI e garantia do apoio técnico e logístico

Ações

- Identificação das entidades intervenientes no SDFCI, explicitando as suas competências na implementação das diferentes ações
- Planificação da formação das entidades intervenientes no SDFCI
- Promoção da articulação entre as entidades intervenientes no SDFCI, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM
- Promoção da harmonização dos conteúdos do PMDFCI/POM, nas regiões de fronteira entre concelhos
- Elaboração do cronograma de reuniões da CMDF
- Estabelecimento da data de aprovação do POM, que não deve ultrapassar 15 de Abril
- Explicitação do período de vigência, devendo o mesmo estar em conformidade com o definido no regulamento.

4.5.1. AVALIAÇÃO

4.5.1.1. FORMAÇÃO

TABELA 24 - NECESSIDADES DE FORMAÇÃO

Tipo de Formação	Entidade a formar	Nº de Elementos
Coordenação	Câmara Municipal	2
Divulgar medidas de sensibilização	Câmara Municipal e CMDF	14
Vigilância, deteção e 1ª intervenção	Câmara Municipal	2
	Juntas de Freguesia	32
	Equipas de sapadores Florestais	15
	Forças militares	A indicar pela entidade
	Proprietários	A indicar pela AAACSM
	GNR	Sem dados de momento
Combate	Bombeiros; Sapadores Florestais	(+ -) 70

Rescaldo e vigilância pós incêndio	Câmara Municipal	Os referidos anteriormente
	Juntas de Freguesia	
	Equipas de sapadores Florestais	
	Bombeiros	

O objetivo da formação consiste em transmitir maiores conhecimentos e competências para as funções a desempenhar, na tabela 24 elencamos a identificação das necessidades de formação e do n.º de elementos de cada entidade.

4.5.2. PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 5º EIXO

4.5.2.1. ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

TABELA 25 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELAS AÇÕES

Eixos Estratégicos	Entidades com competências de coordenação e implementação de ações									
	Prop.	EDP	REN	GNR	EP/Scuts	Município	ICNF	AHBVA	JF	AAACSM
1.º Eixo estratégico	x	x	x	x	x	x		x		
2.º Eixo estratégico						x	x		x	x
3.º Eixo estratégico				x		x	x	x	x	x
4.º Eixo estratégico	x					x	x			x
5.º Eixo estratégico				x		x	x	x	x	x

Legenda: Prop.- Proprietários, EDP - Eletricidade de Portugal, REN – Rede Elétrica Nacional, GNR – Guarda Nacional Republicana, ICNF – Instituto de Conservação das Florestas e da Natureza, AAACSMF – Associação de Agricultores de Abrantes, Constância ,Sardoal e Mação, AHBVA – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Abrantes, JF – Juntas de Freguesia, EP/Scuts – Estradas de Portugal-Scuts Vias .

Na tabela 25 encontram-se as entidades intervenientes no SDFCI do PMDFCI e identificam-se as competências na implementação das diferentes ações por eixos estratégicos

4.5.2.2. FORMAÇÃO

TABELA 26 - PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA AS DIVERSAS ENTIDADES E A SUA ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PMDFCI (2014-2018)

			Orçamento €				
Tipo de Formação	Entidade a formar	Nº de Elementos	2014	2015	2016	2017	2018
Coordenação	Câmara Municipal	2	250	250	250	250	250
Divulgar medidas de sensibilização	Câmara Municipal e CMDF	14	500	500	500	500	500
Vigilância, deteção e 1ª intervenção	Câmara Municipal	2	300	300	300	300	300
	Juntas de Freguesia	32	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
	Bombeiros	(+ -) 70	600	600	600	600	600
	Equipas de sapadores Florestais	15	1.250	1.250	1.250	1.250	1.250
	Forças militares	A indicar pela entidade	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
	Proprietários	A indicar pela AAACSM	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
	GNR	Sem dados de momento	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Combate	Bombeiros; Sapadores Florestais	(+ -) 70	1.500	1.500	1.500	1.500	1.500
Rescaldo e vigilância pós incêndio	Câmara Municipal	Os referidos anteriormente	*	*	*	*	*
	Juntas de Freguesia		*	*	*	*	*
	Bombeiros		1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
	Equipas de sapadores Florestais		Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
		Total	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400

4.5.2.3. ATIVIDADE DA CMDf

O prazo de vigência deste plano é de cinco anos (2014- 2018), contudo este apresenta um carácter dinâmico podendo ser atualizado. Anualmente tem de ser efetuada a sua monitorização, pelo que todas as entidades envolvidas na sua execução devem contribuir com dados. Assim, a GNR, deve como resultado das suas ações de fiscalização enviar ao Gabinete Técnico Florestal os elementos recolhidos no terreno, nomeadamente no que respeita à execução ou não das faixas de gestão de combustível. Esta informação deve ser fornecida em dois períodos, o primeiro até 15 de março para poder ser integrada no POM, o outro em novembro para a monitorização do plano.

Determinadas as ações previstas no Programa de ação que são da responsabilidade de entidades externas à CMDf, nomeadamente entidades gestoras da rede viária, das redes elétrica e de gás

natural, dos Parques Industriais, e outras da responsabilidade dos proprietários florestais e da entidade gestora da ZIF de Aldeia do Mato, estas deverão comunicar previamente à Comissão as intervenções que pretendem executar, incluindo uma breve descrição técnica dessas intervenções, um cronograma de trabalhos e o nome e contacto do responsável pela sua execução no terreno, devendo também enviar a informação relativa ao término da execução.

Planeamento anual das reuniões a efetuar nos próximos 5 anos, em sede de reunião da CMDF:

- Primeiro trimestre do ano
- Segundo trimestre do ano
- Segundo semestre do ano

Sempre que necessário serão efetuadas reuniões extraordinárias.

TABELA 27 - CRONOGRAMA DAS REUNIÕES ANUAIS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA

Primeiro trimestre do ano	Aprovação do Plano Operacional Municipal (POM)
Segundo trimestre do ano	Apresentação do Dispositivo de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI)
Segundo semestre do ano	Apresentação do balanço do DFCI

4.5.2.4. APROVAÇÃO DO PLANO OPERACIONAL MUNICIPAL

A aprovação do POM não se deve estender para além do dia 15 de Abril. É em reunião da CMDF que se efetuará a sua aprovação, todas as entidades têm que enviar os respetivos contributos, nomeadamente os meios e recursos disponíveis para a época de incêndios até dia 15 de Março. Caso exista um motivo que o justifique o mesmo poderá ser revisto e alterado noutra data.

5. ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI

Na tabela 28 apresenta-se a estimativa de orçamento total (possível) considerado para o PMDFCI do concelho de Abrantes para os próximos 5 anos.

Resulta da compilação dos valores apresentados em cada eixo estratégico para o desenvolvimento das atividades necessárias ao cumprimento das metas definidas em cada ação e para cada ano.

TABELA 28 - ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO DO PMDFCI (2014-2018)

Eixos Estratégicos	Estimativa de orçamento total (euros)					
	2014	2015	2016	2017	2018	Total do Eixo
1º Eixo estratégico	555.580	221.000	531.904	197.000	167.000	1.672.484
2º Eixo estratégico	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	25.000
3º Eixo estratégico	683.000	683.000	683.000	683.000	683.000	3.415.000
4º Eixo estratégico	0	0	0	0	0	0
5º Eixo estratégico	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400	32.000
Total / ano	1.249.980	915.400	1.226.304	891.400	861.400	
Total PMDFCI						5.144.484

6. LEGISLAÇÃO

Despacho n.º 7511/2014 de 9 de Junho - Homologa o Regulamento do Fogo Técnico.

Decreto-Lei n.º 83/2014 de 23 de Maio - Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, modificando matérias relativas ao fogo técnico, à instrução do procedimento de contraordenação e à distribuição do produto das coimas.

Despacho n.º 5802/2014 de 22 de Maio - Homologa o Regulamento das especificações técnicas em matéria de defesa da floresta contra incêndios relativas a equipamentos florestais de recreio inseridos no espaço rural.

Despacho n.º 5711/2014 de 30 de Abril - Homologa o Regulamento das normas técnicas e funcionais relativas à classificação, cadastro, construção e manutenção dos pontos de água, infraestruturas integrantes das redes de defesa da floresta contra incêndios.

Despacho n.º 5712/2014 de 30 de Abril - Homologa o Regulamento das normas técnicas e funcionais relativas à classificação, cadastro, construção e manutenção da rede viária florestal, infraestruturas integrantes das redes de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI).

Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio (Sistema criado pelo Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de Novembro) Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro.

Despacho n.º 4345/2012 de 27 de Março - Homologação do Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI).

Decreto-lei nº7/2012 de 7 de Janeiro – Aprova a lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Lei Orgânica nº 1/2011 de 30 de Novembro – Transfere as competências dos Governadores Civis para outras entidades da Administração Pública

Decreto-lei 114/2011 de 30 Novembro - Transfere as competências dos Governadores Civis para outras entidades da Administração Pública

Lei n.º 20/2009 de 12 de maio - Estabelece a transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de constituição e funcionamento dos gabinetes técnicos florestais, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta.

Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro - Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, e revoga a Lei n.º 14/2004, de 8 de maio.

Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro - Organização dos Serviços Municipais de Proteção Civil

Decreto Regulamentar nº 16/2006 de 19 de Outubro – Aprova o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo (PROF Ribatejo suspensa sua aplicação)

Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho - estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Lei n.º 27/2006, de 3 de julho (Alterados os artigos 13.º, 16.º, 34.º, 39.º, 50º, 53º e revogados o n.º 2 do artigo 34.º e a alínea a) do n.º 1 do artigo 39.º, pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro) Lei de Bases da Proteção Civil

Lei n.º 12/2006 de 4 de Abril - Autoriza o Governo a legislar sobre o regime das infrações das normas estabelecidas no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.

7. BIBLIOGRAFIA

- Diretiva Operacional Nacional nº 1/2014, DIOPS – ANPC
- Diretiva Operacional Nacional nº 2/2014, DECIF – ANPC
- Diretiva Operacional Distrital de Santarém nº1/2014 DECIF –ANPC-Santarém
- Manual de Silvicultura para a Prevenção de Incêndios, Direção Geral dos Recursos Florestais, 2002
- Procedimentos na Primeira Intervenção, Apoio ao Combate e Rescaldo, DGRF 2006
- Normas para a Elaboração do Plano Operacional Municipal (POM), DGRF 2012
- Plano Diretor Municipal de Abrantes em Vigor
- Orientações Estratégicas para a Recuperação de Áreas Ardidas
- Plano de Prevenção de Incêndios Florestais CP/REFER
- Rede Nacional de Postos de Vigia em Portugal COTEC
- Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
- Acordo de colaboração entre a ICNF e a Câmara Municipal de Abrantes, 2006
- Protocolo entre a Câmara Municipal de Abrantes e a Associação de Agricultores de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação

8. LISTA DE DISTRIBUIÇÃO

- 0 Arquivo Gabinete Técnico Florestal
- 1 Câmara Municipal de Abrantes
- 2 Autoridade Nacional de Proteção Civil
- 3 Centro Distrital de Operações de Socorro de Santarém
- 4 ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas
- 5 Associação de Agricultores de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação
- 6 AFOCELCA
- 7 Regimento de Apoio Militar de Emergência
- 8 Exército – Campo Militar de Santa Margarida
- 9 Guarda Nacional Republicana – Abrantes
- 10 Polícia de Segurança Pública – Abrantes
- 11 União de Freguesias de Aldeia do Mato e Souto
- 12 União de Freguesias de Abrantes e Alferrarede
- 13 União de Freguesias de Alvega e Concavada
- 14 Freguesia da Bemposta
- 15 Freguesia do Carvalhal
- 16 Freguesia de Fontes
- 17 Freguesia de Martinchel
- 18 Freguesia de Mouriscas
- 19 Freguesia do Pego
- 20 Freguesia de Rio Moinhos
- 21 União de Freguesias de S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo
- 22 União de Freguesias de São Facundo e Vale das Mós
- 23 Freguesia do Tramagal
- 24 Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Abrantes